

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2022 - Ata n.º 40.

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **40.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Antes de solicitar a leitura da Ata pelo nosso 2.º Secretário, solicito aos Sr.ºs Deputados e Deputadas que venham ao Plenário. Teremos aqui a participação do nosso Desembargador Wellington, como Presidente do TRE, que vai anunciar um belo projeto de interesse de todos os paranaenses. Solicito, então, neste momento, ao Deputado Gilson, 2.º Secretário, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 39, de 9 de maio de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. Ata aprovada. (A Ata ficou à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.) Vamos pedir... Peço aqui a atenção dos Sr.ºs Deputados e Deputadas. Por proposição da Mesa Executiva, no dia de

hoje, temos o prazer de receber aqui na Casa o Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do TRE Paraná, para uma explanação do *Projeto Cidadania Plena*, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Anuncio aqui a presença, além do Desembargador Presidente do TRE, dos assessores de imprensa que o acompanham, Sr. Marden Machado e Sr.^a Rubiane Kreuz. Esta Presidência, em nome da Mesa Executiva e de todos os Sr.^s Deputados, faz questão de enaltecer a presença do nosso Presidente do TRE do Paraná, que permanentemente tem estado aqui em visitas à Mesa Executiva, fazendo tratativas de interesses do Estado visando ao processo eleitoral deste ano e que nos sugeriu a possibilidade, é claro que de pronto acatamos, de estar aqui para falar de um grande projeto que o TRE estará implantando no nosso Estado, visando também a possibilidade de acesso às pessoas, aos cidadãos e às cidadãs que tenham dificuldades para exercer a sua cidadania como eleitor. E o TRE do Paraná, a estada aqui do nosso Presidente tem esse objetivo, de mostrar aos Sr.^s Deputados, e para tornar de conhecimento público do Paraná, o que o TRE está propondo, e é lógico que não poderíamos deixar de dar o apoio total e integral a essa medida e a esse Projeto. Portanto, em nome da Mesa Executiva, queremos dar as boas-vindas ao nosso amigo Desembargador Wellington, à sua assessoria, e dizer da alegria de tê-los aqui. E esta Casa, sempre em consonância com o próprio TRE do Paraná e os outros Poderes e instituições, sempre busca a possibilidade harmônica de uma boa convivência. Então, seja bem-vindo aqui nosso querido Presidente do TRE! Inicialmente, por delegação nossa, estamos abrindo o espaço inicial para que o Deputado Romanelli fale aqui em nome da Mesa Executiva e na sequência vamos ouvir então o Desembargador Wellington. Com a palavra, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Obrigado, Sr. Presidente! Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, para nós é uma honra receber a mais alta autoridade da Justiça Eleitoral do Território Paranaense, o nosso Desembargador Wellington Coimbra de Moura, um Juiz com uma longa caminhada e, ao mesmo tempo, com toda sua experiência agora e maturidade, conduzirá seguramente eleições extremamente importantes para o nosso País. E,

ao mesmo tempo, o TRE do Paraná dá um exemplo de fortalecimento da democracia ao realizar o *Projeto Cidadania Plena*. A iniciativa vai facilitar o voto de pessoas hospitalizadas, com mobilidade reduzida ou idade avançada. O TRE prevê a instalação de seções eleitorais em hospitais e instituições de longa permanência de idosos e idosas, para atender a pacientes e profissionais que trabalham nos locais. É um exemplo de resgate da dignidade de uma parcela importante da sociedade que terá o direito de votar, de escolher seus representantes e de participar desse movimento cívico que tem influência nos rumos do Estado e do País. Além dessa relevante iniciativa, devemos fazer um reconhecimento público a outras medidas adotadas pela Justiça Eleitoral para promover o direito ao voto e uma delas é o estímulo ao primeiro voto. As informações que ainda não estão concluídas, o estudo, temos que o número de eleitores jovens na faixa de 16 anos aumentou 134% em relação a 2020, em razão da campanha de incentivo patrocinada pelo TER-PR. Há dois anos eram 36 mil jovens aptos a votar e hoje o número passa de 86 mil e, como disse, ainda não está concluído o trabalho. Necessário ressaltar ainda que esta Assembleia Legislativa firmou recentemente, inclusive com a presença do Presidente do TSE, um termo de cooperação de combate à disseminação de notícias falsas e as chamadas *fake news*. Esses são alguns exemplos recentes da evolução da Justiça Eleitoral, mas não podemos deixar de reconhecer que a grande conquista foi a consolidação das urnas eletrônicas. No nosso entendimento, o Brasil segue desperdiçando tempo no debate de temas estéreis e anacrônicos, e um deles diz respeito à segurança das urnas eletrônicas. Vejo que para alguns, teorias da conspiração são sempre mais excitantes do que a verdade, como escreveu Carl Sagan, no livro *O mundo assombrado pelos demônios*, que é um manifesto em favor do método científico em detrimento às lendas criadas por quem quer se aproveitar dos incautos. A urna eletrônica está em uso no Brasil há 25 anos, fruto da evolução da Justiça Eleitoral, que modernizou e moralizou o sistema brasileiro de votação. O equipamento no qual confiamos o nosso voto já foi experimentado e aperfeiçoado ao longo de sete eleições municipais e de seis eleições gerais sem que paire dúvida concreta sobre a eficácia, a segurança e a transparência dessa

tecnologia. É preciso dar esse assunto por encerrado, portanto. Do contrário, voltaremos 100 anos na história, quando o coronelismo eleitoral era o sistema preponderante. O momento agora é outro, é tempo de defender e de fortalecer a nossa democracia; é tempo de valorizar o exercício da liberdade com responsabilidade, de nos afastar do obscurantismo e da intolerância. A urna eletrônica é fruto de um método científico aplicado à tecnologia. Em outro campo, também alvo de questionamentos que beiram o absurdo, a Ciência nos deu a vacina para combater os efeitos do coronavírus e fez a pandemia refluir, mas o luto de milhares de vidas perdidas permanece, acompanhado de lições importantes sobre humanidade e desumanidade, sobre igualdade e desigualdade, sobre respeito e desrespeito, sobre verdades e mentiras. A Ciência venceu, mas não podemos ignorar que o período pandêmico foi pródigo para os disseminadores das *fake news*, muitos deles atuando com claros objetivos políticos e pregadores do retrocesso. O fato concreto é que a disseminação de notícias falsas deliberadas foi tão grave quanto à transmissão do vírus. Agora é necessário evitar a contaminação das eleições. Essa é a grande tarefa que toda a sociedade deve assumir para combater as notícias falsas replicadas na internet e nos aplicativos de mensagens. A desinformação não pode colocar em risco o Estado democrático de direito. A evolução tecnológica nos ofereceu a urna eletrônica e também as redes sociais, mas o fato concreto é que enquanto a urna é um alicerce da democracia, as redes se tornaram um ambiente de vale-tudo antidemocrático. Carl Sagan combatia o retrocesso civilizatório e dizia que a sociedade precisa estar sempre vigilante aos que pretendem distorcer a realidade, a fim de controlá-la e é isso que faremos. Muito obrigado, Presidente Wellington Coimbra de Moura, pelo trabalho que o senhor e os demais Juízes da nossa Corte Eleitoral têm realizado e, ao mesmo tempo, a nossa confiança na grande tarefa que terá presidindo as eleições no âmbito do Estado do Paraná, naturalmente integrado ao sistema nacional. Contem com a Assembleia Legislativa. Respeitamos a Justiça Eleitoral e para nós é uma honra tê-lo aqui hoje nesta Casa de Leis.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência registra a presença na Casa da Vereadora de União da Vitória, Sr.^a Alandra Roveda, por solicitação da Deputada Cristina Silvestri. Seja bem-vinda. Agora, neste momento, tenho a honra de conceder a palavra ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Desembargador Wellington Coimbra de Moura.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Desembargador Wellington Coimbra de Moura.

DESEMBARGADOR WELLINGTON COIMBRA DE MOURA: Boa tarde a todas e a todos. Quero inicialmente cumprimentar o Presidente Traiano, o querido amigo Deputado Romanelli, em nome de quem cumprimento as demais autoridades aqui presentes. A Justiça Eleitoral possui notoriamente três funções: a primeira delas, como sabemos, é a função legislativa, resumida nas Resoluções do nosso Tribunal Superior Eleitoral, que tem nada mais menos do que força de lei; outra função é aquela mais delicada, que é a atividade jurisdicional eleitoral; e tem também a atividade administrativa e essa que venho aqui a esta Casa prestar contas porque me considero um servidor, estou aqui para servir e se possível servir com excelência e se não conseguir, Presidente, próximo a ela. É essa a nossa obrigação. Digo que a nossa gestão tem como prioridade ir ao encontro das pessoas, em especial daquelas que ainda não têm acesso ao poder público. Estamos indo além dos muros da instituição e levando os serviços da Justiça Eleitoral para dentro das escolas, das instituições de longa permanência, dos hospitais e das comunidades quilombolas, caiçaras e indígenas. Para isso, demos início a uma série de iniciativas que serão apresentadas a seguir, contando com a paciência dos senhores. Em uma iniciativa inédita em todo o País, a Justiça Eleitoral do Paraná criou o programa Cidadania Plena. Antes do fechamento do cadastro eleitoral, que aconteceu no início deste mês, promovemos o alistamento e a transferência de títulos para que moradores de locais isolados possam votar nas eleições. O projeto atendeu povos tradicionais de todo o Paraná. Foi feito um grande mutirão nos dias 23 e 24 de abril, na semana do *Dia do Indígena*, comemorado em 19 de abril; a Justiça Eleitoral funcionou sábado e domingo, das

9 horas às 17 horas, em 22 Zonas Eleitorais do Paraná. Em Guaraqueçaba, onde os moradores precisam se deslocar até Antonina, pasmem os senhores, 80 quilômetros para receber atendimento, foi levada toda a estrutura da Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba. A ação forneceu o primeiro título e regularizou pendências de mais de 2.000 quilombolas indígenas, caiçaras, em todo o Estado. Além disso, no dia 26 de abril, Deputado Goura, a Central do Eleitor de Curitiba recebeu um grupo da aldeia Kakané Porã, a primeira aldeia indígena urbana do Sul do Brasil, localizada no bairro Campo do Santana, em Curitiba. Quero neste momento agradecer ao Deputado Goura, que esteve junto ao Tribunal Regional Eleitoral buscando conferir àqueles que ali se encontram, os nossos indígenas, os nossos quilombolas, os nossos caiçaras, marginalizados, Sr. Presidente. Marginalizados completamente, seja da cidadania, entenda cidadania *stricto sensu*, direito de votar e ser votado, mas também do básico, da assistência básica, Deputado Goura. Fiquei muito feliz de ir a Guaraqueçaba, uma hora de viagem utilizando barco, quatro horas utilizando veículo de retorno. Ali, pude ver, Sr.^s Deputados, um pouco de alegria, um pouco de alegria de efetivamente àquela camada possuir a cidadania *stricto sensu*. Mas com tristeza falta muito, falta muito para aquela comunidade, Deputado Goura, ter a plenitude, a cidadania plena, até porque o olhar daqueles que ali se encontravam felizes por participar, mas pude perceber a distância do básico. Imaginem, os senhores, uma urgência de uma cirurgia, qual destino desse nosso cidadão, nosso irmão, demorar uma hora de barco, demorar quatro, cinco horas de carro. Isso, conferir cidadania plena, é nossa obrigação. O Tribunal Regional Eleitoral está dando uma pequena parcela, pequena parcela da cidadania, mas evidentemente ela não é plena. Será plena quando tivermos olhares de cidadão para essa comunidade. Tem mais, o *Projeto Cidadania Plena* também busca atender a pessoas idosas ou hospitalizadas. Pasmem, os senhores, ao assumir o Tribunal Regional Eleitoral, observei que os jovens, que possuíam 16, 17 anos, que tanto se busca o alistamento, pertence em relação ao eleitorado 1%, 1% do nosso eleitorado, enquanto que esses acima dos 70 anos correspondem a 8% do eleitorado paranaense. Indaguei por que essa preocupação só com os jovens, por que não se preocupar com essa camada

social que acaba por ficar à margem do processo eleitoral? Não tive dúvida nenhuma, Deputado Romanelli, de conferir a possibilidade de esses experientes, experientes eleitores que já passaram por tantos regimes de Governo, a possibilidade de votar, mesmo eles estando em hospitais, em casa de longa permanência. Indagaram-me: *Ah, é difícil levar uma seção eleitoral para esses. Ah, não. Vamos comunicar ao TSE, para ver se vão autorizar.* Não. Não. Deputado Romanelli, não vamos fazer isso, não. Vamos executar. Eles precisam do olhar do poder público. Eles precisam do olhar dos seus representantes. Precisam! O que fiz? Vamos colocar uma seção eleitoral junto a essas casas, casas de longa permanência, facilitando, facultando a possibilidade de eles participarem desse processo eleitoral e não ficarem alijados da cidadania, no mínimo que seja da pequena parcela. Também o fiz da mesma forma tocando os hospitais. Não foi difícil colocar uma urna eletrônica junto a um hospital, Deputado Tercílio. Que dificuldade que é essa botar uma urna eletrônica, em uma simples sala, propiciando não só àquele que está internado, mas também ao próprio corpo clínico, evitando a solução de continuidade desses funcionários? Já passou da hora, já passou da hora de olharmos para essa camada social. Não quero advogar em causa própria, porque daqui a pouco estarei lá, mas também gostaria de participar do processo eleitoral, até porque sou cidadão e sou cidadão brasileiro, sou cidadão paranaense e vejo com esses olhos. Voltando, fomos até os hospitais, de instituições de longa permanência de Curitiba, onde conseguimos convênio com o Erasto Gaertner, com o Hospital das Clínicas de Londrina, conseguimos um convênio com o HU, Maringá, também conseguimos com hospitais, casas de longa permanência, onde conseguimos regularizar o título das pessoas, em especial, daquelas com mais de 70 anos. No dia das eleições, em 2 de outubro e 30 de outubro, se houver segundo turno, serão montadas seções eleitorais especialmente nesses locais, pois... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, microfone para o nosso Presidente do TRE.

DESEMBARGADOR WELLINGTON COIMBRA DE MOURA: Pois entendemos que em nenhum momento da vida se deve abdicar do exercício da nossa cidadania. Vou pedir permissão, Presidente, para passar um vídeo, com certeza, sem querer abusar, são 10 minutos o vídeo.

(Apresentação de vídeo.)

DESEMBARGADOR WELLINGTON COIMBRA DE MOURA: Obrigado. Senhores Deputados, como vimos, em poucos meses, assumi em fevereiro do corrente ano a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral, e o tempo é muito pouco para fazermos tudo o que queremos. Esse giro eleitoral é um programa que estamos fazendo de forma quinzenal, trazendo as novidades e replicando para todas as mídias para que se faça, evidentemente, o combate à desinformação. Da mesma forma, Sr. Presidente, buscamos o engajamento dos jovens no processo eleitoral. O *Programa Universidade Amiga Eleitoral* incentiva o trabalho de estudantes universitários como mesários e mesárias. Sabemos que a Justiça Eleitoral tem um problema crônico, que é trazer no dia das eleições a participação de alguns servidores, ou mesmo cidadãos, para trabalhar nesses dias. Criamos o quê? Um convênio com as universidades, conferindo a esses universitários a possibilidade de receberem em troca do serviço eleitoral 30 horas extracurriculares se participarem do primeiro turno, ou 60 horas se participarem do segundo turno. Os estudantes da universidade conveniada ganham a partir de 30 ou 60 horas extracurriculares pela atividade de um ou dois turnos da eleição. Atualmente o TRE-Paraná conta com mais de 60 Instituições de Ensino Superior conveniadas, públicas e privadas, em praticamente em todo o Estado. As Universidades que ainda não são conveniadas podem acessar o termo de adesão no *site* do TRE e fazer parte desse projeto que coloca os jovens na linha de frente do processo eleitoral. Em 2022, a Justiça Eleitoral do Paraná vai precisar de 110 mil pessoas para atender aos mais de 8 milhões de eleitoras e eleitores nas cercas de 26 mil seções dos 399 municípios do Paraná. Também estamos tratando com bastante rigor a questão das *fake news* no processo eleitoral. Lançamos neste ano o programa permanente de combate à desinformação da Justiça Eleitoral do

Paraná. Esse programa consiste em divulgar informações corretas para orientar a população e impedir que as pessoas sejam enganadas por grupos criminosos. Para isso, temos uma fonte oficial de informações sobre o processo eleitoral, o *Gralha Confere*, que checa conteúdos suspeitos que circulam nas redes sociais. A população pode enviar as suas dúvidas que a Gralha confere. As apurações são publicadas no *site* do Gralha e nos canais oficiais das mais de 50 instituições parceiras, entre veículos de imprensa, órgãos públicos e entidades civis. Mais de 60 boatos sobre as eleições já foram desmentidos pelo *Gralha Confere*. E um dos nossos grandes parceiros é, sem sombra de dúvida, Deputado Romanelli, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que na pessoa do seu Presidente, Deputado Ademar Traiano, comprometeu-se com o enfrentamento da desinformação no processo eleitoral, especialmente aquele que atenta contra a legitimidade e a integridade das eleições de 2022. Deputados, muito obrigado. Essa participação da Assembleia Legislativa, junto com os demais Deputados, é uma ação corajosa. É em respeito à dignidade do cidadão, que tem direito a uma informação correta. Por meio de um convênio com a Procuradoria Regional Eleitoral do Paraná, o programa também prevê a representação de pessoas que criarem, divulgarem, impulsionarem ou fizerem disparos em massa de conteúdo desinformativo. Seremos rigorosos, Presidente. Não tenha a menor dúvida. Estaremos atentos a esses disparos, seja de onde vierem. Para não cansá-los, mas, com certeza, já abusei do tempo, digo que nosso próximo passo é conferir, Deputado Goura, um trabalho, um programa visando a acessibilidade de pessoas com deficiência que irão às urnas. Não se admite mais que essas pessoas tenham dificuldade para votar. Às vezes subindo para o segundo andar, terceiro andar, isso não se justifica. Temos, como falei, que fazer um trabalho de excelência e estaremos atentos para isso. E estaremos fazendo vídeos, orientando todos os servidores para que observem esses nossos irmãos. Também estaremos tratando com os canais de comunicação que nos ajudam, em muito, que é a imprensa, que tem nos dado um espaço para que possamos fazer, efetivamente, o combate a essa desinformação. Trabalhamos, atualmente, com o TikTok, não sei se os senhores já conhecem ou não, mas digo que o TikTok, no TRE do Paraná, tem o

maior canal de um órgão público brasileiro com mais de 16 milhões de visualizações e quase 2 milhões de curtidas. É a linguagem do jovem para o jovem. Até gostaria que os senhores ou os filhos dos senhores, se tiverem oportunidade, acessem o TikTok. É muito importante, porque é a linguagem do jovem. Não foi à toa que os jovens resolveram atender ao nosso clamor para participar desse processo eleitoral. Inclusive, até eu fui obrigado a participar do TikTok, fiquei em dúvida da minha dignidade, mas participei, porque, realmente, valia à pena. Dessa forma, conseguimos um recorde histórico em 2022 no número de novos títulos para jovens de 16, 17 anos até o momento. Foram mais de 100 mil novos títulos só nessa faixa etária, 16, 17 anos. Em 2018, Deputados, tivemos 60 mil novos eleitores. Em 2020, com a pandemia, tivemos 36 mil novos eleitores. Não só em razão da pandemia, mas, com certeza, pela descridibilidade de situações sociais que todos sabemos. Este ano tivemos cem mil novos eleitores. Sejam eles bem-vindos. Esse número, Sr. Presidente, ainda vai aumentar, conforme os pedidos enviados nos últimos dias antes do fechamento do cadastro forem sendo analisados pela Justiça Eleitoral. Temos até o dia 1.º de junho para efetuar a regularização desses pedidos. Para vocês terem uma ideia, em 2020 foram apenas, como asseverei, apenas 36 mil títulos. Ou seja, registramos em 2022 um aumento de quase 180% do eleitorado jovem. É dessa forma, levando a Justiça Eleitoral até onde as pessoas estão, utilizando todos os meios disponíveis que temos, que demos ao início ao calendário eleitoral em 2022. Não tenho dúvida de que vamos garantir uma eleição segura, transparente e eficiente. Transparente, Sr. Presidente. Digo sempre aonde vou, onde caminho. A nossa obrigação, da Justiça Eleitoral, é fazer um processo transparente, indene de dúvidas. Não temos ideologia nenhuma, seja João, seja Pedro, seja Antonio, não. Se o Tribunal, se o Congresso decidir, por acaso, que devemos mudar o formato da eleição fazendo, voltando às urnas anteriores, a urna de lona, aquela que, com certeza, muitos já passaram por essa experiência, terrível, diga-se de passagem, se voltarmos ao voto impresso, se assim decidir o Congresso, com certeza, faremos a eleição. Mas, o mais importante para a Justiça Eleitoral, é que a eleição seja realizada com total transparência. Essa é a nossa obrigação, Sr. Presidente. E, para isso, com

certeza, contamos com o apoio de toda a sociedade. Muito obrigado. Que Deus abençoe a cada um. (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agora vou suspender a Sessão por instantes, para que possamos fazer os cumprimentos ao nosso convidado e também entregar uma Menção Honrosa.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito, Deputado Michele Caputo.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Michele Caputo; Galo; Ricardo Arruda; Professor Lemos; e Luciana Rafagnin.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Quero parabenizar a Mesa Diretora da Assembleia por ter utilizado o Grande Expediente com essa apresentação tão importante do TRE/Paraná, do *Cidadania Plena*. Como dizia Margaret Thatcher, e olha que não sou muito admirador dela, respeito, mas não sou admirador: “A democracia nem sempre elege os melhores, mas ainda é o melhor meio de renovar poder e de substituir poder”. Hoje vou fazer igual o meu amigo Galo, Deputado Galo faz. O que está acontecendo com os Samus do Paraná? O Samu é uma estratégia de urgência e emergência que salva vidas toda hora, todo dia, em todo o canto do Paraná e do Brasil. Como Secretário da Saúde que fui, tinha 14 Samus municipais; fizemos os Samus regionais todos e deixamos mais de 300 municípios cobertos com essa estratégia. E aí, outro dia aqui, Deputados da região sudoeste falaram da possibilidade, da falta de pagamento, da falta de repasses, de o Samu sudoeste parar, Deputado Arruda. Hoje a Deputada Mabel me mostra uma informação sobre o Samu dos Campos Gerais, dizendo que o contrato termina hoje daquele grupo de pessoas que estão trabalhando: médicos, enfermeiros, técnicos, socorristas, ambulanceiros e querem receber. Fui informado quinta e sexta da semana passada quando estive no Norte Pioneiro, conversei agora com o Deputado Romanelli, também há uma informação

que se não tiver pagamento até 16 de maio, daqui a poucos dias, o serviço será interrompido no dia 17 de maio. Recentemente, mesmo na nossa capital, tivemos funcionários que tocam o Samu de Curitiba e da capital – que respeito muito, que já apoiei com emendas e como secretário – também dizendo que estavam com problemas para receber o salário. Não sei se tem outras regiões do Paraná nessa toada. Mas, Norte Pioneiro, sudoeste, Campos Gerais e a capital já são motivo suficiente para fazermos um pedido de informação. Estou fazendo hoje um requerimento, pode ser transformado em envio de expediente. O problema não é se é requerimento ou se é envio de expediente, o problema é que respondam. E queremos saber, na impossibilidade de renovação do contrato, na impossibilidade de as empresas que estão tocando não conseguirem manter esse serviço tão importante em funcionamento, se o Governo do Estado, se a Secretaria de Estado da Saúde tem um plano de contingência, porque o que não pode acontecer é o sistema Samu/rodoviário que é apoiado pelo aeromédico, que é apoiado pela rede de hospitais que tratam urgência e emergência no Paraná, ficarem sem essa importante estratégia. Quero, Deputado Arilson, o senhor sabe que sou do PSDB, um Partido que sempre, politicamente, antagonizou com seu Partido, do qual o senhor é o Presidente. Mas na saúde, que é minha área, sempre disse: que o Samu foi uma das melhores coisas que foram feitas no Governo Federal do PT. E coisas boas não importa o governo: seja PT, PSL, PSDB. Coisas boas viram política de Estado, deixam de ser políticas de governo. E o Samu, assim como Programa de Saúde da Família, assim como uma série de programas estratégicos que salvam vidas, que garantem aquele tempo precioso que é a diferença entre a vida e a morte. Não pode ficar à mercê de contratos incompetentes ou de prestador de serviço incompetente ou de gestor que não está atento, que não assume suas responsabilidades. Vou terminar como o Galo diz: O que está acontecendo com os Samus do Paraná? Queremos saber. Abraço. Bom trabalho, Presidente Tercílio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Registramos a presença nesta Casa do Vereador de Arapongas, Sr. Levi, por solicitação do Deputado Tiago Amaral. Seja sempre bem-vindo. Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente Turini, membros da Mesa Diretora, Deputadas, Sr.^s Deputados, as pessoas que se encontram aqui. Você que nos acompanha pela *TV Assembleia*. Vocês sabiam que as leis que passam aqui na Assembleia Legislativa, as leis que passam aqui na Assembleia Legislativa, votadas por todos os Deputados, aprovadas, o Governador sanciona e não valem? É, os senhores e o Galo somos Deputados, mas aprovamos uma lei, o Governador sanciona a lei e a lei não vale. Não estou louco, não. Há desmoralização. Hoje, um grande veículo de jornalismo nacional e internacional colocou lá uma manchete: “A Assembleia Legislativa aprova Lei da derrubada do passaporte sanitário.” O Governador sancionou, mas o Prefeito não cumpre. E embaixo: “Nada aconteceu.” Então, o Sr. Rafael Greca está acima da Lei? Só queria entender. E convoco que a Assembleia Legislativa reaja, Dr. Dylliardi, que está aqui ao meu lado, porque ele é do corpo jurídico também, um nobre e grande advogado, e outros advogados que encontro aqui, Bruno. Senão vejamos: o Reitor da Universidade Federal do Paraná falou: “Não, não vou cumprir porque estou apoiado em uma orientação do Supremo Tribunal de Justiça.” Recomendação não é lei. Lei é a que foi aprovada na Assembleia, sancionada pelo Sr. Governador, porque para você ter uma recomendação, você tem que estar baseado, para se cumprir, em uma lei. Se não há base em uma lei, então: *Viva! Viva! A Assembleia não está com nada! Ah, Carnaval! Espera aí, é Carnaval! Claro, que é Carnaval!* Estamos sendo desmoralizados em um veículo de comunicação nacional, que diz que a Assembleia Legislativa votou. Votou, Mauro Moraes. Votou, o Governador sancionou, mas não vale nada. Quero perguntar, então, se esses mandatários, como o Reitor da Universidade Federal do Paraná, o Rafael Greca, estão acima da lei? Quando perguntei aqui à Mesa Diretora, não era Dr. Turini, esse nobre médico que está nos comandando mais uma vez, e é prazeroso ver o Turini aqui, o Presidente Traiano respondeu assim: “Ah, quem se sentiu ofendido entra com um mandado de segurança.” Então, atenção! Quando for aprovada uma lei no Estado do Paraná, não cumpra. *Está louco, Galo? Isso é inconstitucional.* Também acho, mas se não cumprir, quem se sentir prejudicado, entre, por favor, com um mandado de segurança. Então, temos na Mesa Diretora, é lamentável

que não estou vendo aqui o Romanelli, então se a Mesa Diretora não concordou com a votação, não se reage? A Diretoria desta Assembleia Legislativa tem que reagir, senão estaremos aí *na boca do povo*, na boca dos meus colegas jornalistas como uma Assembleia que vota, mas não vale. Deputado Marcio Pacheco, Deputado Arruda que aqui está, quero convocar o Tiago e o Michele, porque também não vi o corpo jurídico do Governador se mexer. A assinatura do Governador Ratinho Junior sancionando uma lei não valeu nada até agora. O Governador Ratinho Junior está sendo desrespeitado como a maior autoridade do Estado do Paraná, quando o Sr. Prefeito Greca diz apenas o seguinte: “Não vou cumprir.” Está baseado no quê? Se foi aprovada uma lei aqui dentro da Assembleia Legislativa e ela foi sancionada pelo Sr. Governador, então tem que ser cumprido. Ou não tem que ser cumprido? Lamento a resposta da Mesa Diretora que disse: “Aqueles que se sentirem ofendidos, que entrem com mandado de segurança.” Então, daqui para frente, a lei que for aprovada nesta Casa, se não gostar, não vou cumprir e quem se ofender que entre com mandado de segurança. Claro que não é assim. Isso é vergonhoso, isso é triste, que uma lei sancionada no Estado do Paraná não está sendo cumprida. Então, esperar o Turini dar mais um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Então, a Mara Lima, o Gilberto Ribeiro, o Dr. Turini, o Batista, o Romanelli que está ali, mas o Deputado Romanelli não tem uma resposta satisfatória para este Deputado, porque como que uma lei aprovada ela não pode ser cumprida? Expliquem-me. Uma lei que foi aprovada aqui, sancionada pelo Sr. Governador e ela não é cumprida, e aí a Mesa Diretora me responde: *Entra com um mandado de segurança*. Então, Sr. Romanelli e Sr. Traiano, a orientação que V.Ex.^{as} nos passam, geral: *Se não tiver satisfeito, entra com mandado de segurança*. Ora, era isso. Grato, Turini.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, demais colegas Deputadas, Deputados, aos que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Vou pegar o gancho aqui, que já ia falar deste assunto que o Deputado Galo falou, e falou com muita razão. E não sabia que esta Casa tinha dado essa resposta a ele. Realmente, é algo lamentável, porque esta é uma Casa de Leis. Não estou brincando de fazer política, de ser Deputado. Quando aceitei o convite para vir a ser político, entendo que é uma missão que Deus me deu para fazer o que é correto para o povo. Então, uma resposta dessas é o quê? É avacalhar com o nosso trabalho. E essa lei que dei início nesta Casa aqui, e aí se uniram vários Deputados aqui, lutamos, fizemos movimentos de rua, fizemos grupos de *WhatsApp*, *Facebook* e aprovamos a lei e foi sancionada pelo Governador e é obrigada a ser respeitada. Como a Casa disse isso, que não sabia, Deputado Galo, mas ajo diferente, ajo com a lei, peguei o meu Jurídico, fizemos um processo muito bem embasado e protocolei hoje o pedido de *impeachment* do Prefeito Rafael Greca, pedido esse baseado em lei, é óbvio. Vou ler aqui, vamos lá: “Decreto-Lei 201 de 67. Art. 1.º. São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores, negar execução à Lei Federal, Estadual ou Municipal, ou deixar de compor ordem judicial sem dar o motivo da recusa ou da possibilidade por escrito à autoridade competente.” Crime de responsabilidade. Entrei com o pedido de *impeachment* do Prefeito Rafael Greca na Câmara de Vereadores de Curitiba e também direto ao Ministério Público, como diz a lei. E vamos cobrar os Vereadores aqui de Curitiba para ver quantos estão a favor do povo e quantos *têm rabo preso* com esse Prefeito. Rafael Greca, que é uma pessoa de grande cultura, só que a vaidade da cultura dele o tornou um homem arrogante, prepotente e alguém que não respeita nada e nem ninguém. Ele teve a pachorra de demitir porque não se vacinou de Covid, descumprindo uma lei Estadual, uma técnica de enfermagem e um médico. Ambos trabalharam durante a pandemia, dois anos, arriscando a própria vida e da

família para salvar pessoas, aí vem esse Prefeito prepotente, arrogante, usando de um Decreto pífio dele, que não tem valor nenhum diante de uma Lei Estadual, e manda embora o servidor público. Óbvio que vamos recorrer e ele terá que admitir de novo os funcionários. E recebi várias denúncias de que ele está coagindo outras pessoas, constrangendo o povo. Isso é uma prova, primeiro, de desrespeito a esta Casa, de desrespeito ao Governador, de desrespeito à população. E pior: está dando uma prova de uma ignorância imensa, porque como que um Prefeito é tão desinformado a ponto de achar que a vacina da Covid vai resolver o problema? Será que ele não enxergou ainda? Ele tem que abaixar do pedestal da boçalidade e da hipocrisia dele e entender que vacinados e não vacinados pegam e transmitem Covid e que a Constituição Federal nos dá o direito de escolha. Ninguém é obrigado a tomar a vacina da Covid. Ninguém! O próprio STF determinou que a vacinação da Covid poderá ser compulsória, mediante a lei. Não há lei que obrigue a vacina da Covid. Bom, mas vindo deste Prefeito, que fez uma péssima gestão na pandemia, permitindo que milhares de curitibanos viessem a óbito porque se negou a dar o tratamento imediato, uma Secretária da Saúde desinformada, orientada por um médico genocida, que adorava ver as pessoas piorarem para colocar um remédio caro que ele representa de um laboratório, que custa... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, V.Ex.^a está inscrito no horário da Liderança.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Sim.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pode usar.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Vou usar o horário da Liderança. Então, a respeito do Rafael Greca, está aqui o meu total repúdio a esse cidadão que não merece o nosso respeito porque não nos respeita. E esta Casa tem, sim, o dever de tomar uma atitude conosco. Não é possível que uma lei aprovada aqui e sancionada tenha o deboche de um Prefeito desqualificado e desinformado como esse Rafael Greca! Outro assunto. A política, gente, vive me decepcionando!

Posso aqui afirmar a vocês que me acompanham que, em 35 anos de mercado financeiro, onde iniciei a minha carreira com assistente de gerente e terminei como Presidente de banco privado em São Paulo, nunca tive tantas decepções em 35 anos como tenho aqui na política em poucos anos. É lamentável! Hoje na CCJ, faço parte, sou membro da CCJ, que é a Comissão mais importante desta Casa. Tenho um Projeto de Lei que está aí há alguns meses para ser votado, que é contra a censura das mídias digitais. Não podemos sofrer nenhum tipo de censura; vivemos em uma democracia e não pode vir o *Facebook*, o *Instagram* ou o *Telegram* criar regras que não estão em nossa Constituição Federal. Esse Projeto iria punir as redes, iria multá-las em 2 milhões por dia se suspendessem uma conta, se tirassem uma postagem sem que a nossa postagem estivesse contrariando uma Lei Federal. Se não estamos fazendo apologia ao crime, à pedofilia, ao tráfico, não pode mexer. Isso se chama democracia. A covardia que vi infelizmente que foi dirigida pela Liderança do Governo, não deste aqui, já veio do anterior, o Governador me disse que nem sabia disso, que não é contra, não sei por que, dizem que é inconstitucional. Ora, quem determina a constitucionalidade somos nós! Já vimos aqui, gente, aprovamos lei que vai regulamentar tarifa quando vamos remarcar uma passagem aérea; ora, isso cabe à Anac e foi aprovado aqui como constitucional. Já vimos interferência aqui no sistema bancário, que não cabe a nós, cabe ao Banco Central e à Febraban. Então, isso aqui não quer dizer que é inconstitucional. Temos que parar de fazer politicagem aqui e fazer política séria ou manter a mesma linha para tudo, e não é o que acontece nesta Casa! A CCJ é importantíssima e temos que trabalhar de acordo com o que a população quer, que é o bem da população. Fiquei extremamente chateado hoje. Tenho recebido várias mensagens de blogueiros dizendo que o Governador Ratinho Junior está fechado com o PT e estou desmentindo a todos; hoje fiquei em dúvida porque o Líder do Governo votou junto ou, melhor, usou o voto do Deputado do PT, Tadeu Veneri, que é óbvio que eles são contra, a favor da censura. O próprio Lula, o candidato deles disse que se ganhar, nunca vai ganhar, mas, se ganhar, vai começar a fazer o controle da mídia, vai fazer o controle das armas, vai fazer o controle das Igrejas, um perfeito

ditador. Lamento muito que o Governo votou com esse povo da esquerda em vez de votar como a grande maioria da população que esperava que esta Casa votasse. Mas, vamos em frente! Continuamos o nosso trabalho na mesma linha, defendendo as pautas conservadoras, Deus, pátria, família e liberdade, e enfrentando essas aberrações que vemos acontecer nesta Casa. Outro ponto que não posso deixar de falar... Ah, essa lei que proíbe, Deputado Tercílio, que proíbe a obrigatoriedade do comprovante de vacinação está sendo descumprida em outros municípios. Maringá, recebi agora denúncias, está descumprindo e tem outros que estão descumprindo. A todos esses Prefeitos que acham que são ditadores, acham-se acima da lei, vocês todos receberão, sim, a nossa denúncia em um processo de *impeachment*. Não tenho dúvida de que vamos trabalhar forte a esse respeito. E a todos que estiverem contrariando essa lei, pode ser universidade estadual, colégio, esses Promotores irresponsáveis que continuam dando canetadas... recebi uma denúncia do município de Corbélia agora, que o Promotor está exigindo vacinação. Senhor Promotor, coloque-se no seu lugar; o senhor não é médico, o senhor não tem autoridade para fazer isso e o senhor não faz leis. Quer fazer leis? *Tire a bunda da cadeira* e venha concorrer às eleições aqui, porque fazemos leis aqui e exigimos que sejam cumpridas. Ontem o meu colega Deputado Arilson rasgou elogios ao Lula. Gente, isso faz mal de ouvir, porque é tanta mentira! Não consigo entender como alguém consegue elogiar um cara que quebrou o nosso País, um homem que montou uma quadrilha e saqueou todos os departamentos do Estado, do Governo Federal! Foi BNDES, foi Caixa Econômica, foi Petrobras, foi Banco do Brasil, tudo! Onde eles *meteram a mão*, eles saquearam! Tem provas incontestáveis. E quando ele *bate no peito* e diz que a ONU absolveu o Lula, quem é a ONU para absolver o Lula? Ainda mais o Departamento de Direitos Humanos, que só defende bandidos. Isso é no mundo inteiro. Ora, a delação premiada, foram recebidos 6 bilhões de pessoas que devolveram, Deputado Gilson de Souza, devolveram o dinheiro que tinham roubado. Réus confessos. Seis bi foram resgatados aqui no Governo Bolsonaro, fruto da *Lava Jato*. Agora vem falar que não teve! O chefe da quadrilha sempre foi o Lula, todo mundo sabe! Aí o pessoal tem a *cara de pau* de vir defender um

sujeito que não merece o mínimo, o mínimo respeito de nenhum brasileiro; e não tem, tanto é que não pode andar na rua, onde vai é xingado e vaiado, faz uma campanha fechada, escondida, como um bandido, que é o perfil dele. E aonde ele vai o grito ecoa: *Ladrão! Ladrão! Ladrão!* Foi lá em um *shopping* em Vitória fazer um movimento do PT, todos em volta gritando: *Ladrão! Na cadeia.* Todos gritando. Então, o Brasil já sabe quem é Lula e ninguém vai mudar essa imagem mais. Vocês podem tentar fazer o que quiser, podem mentir do jeito que quiserem. Ainda o senhor, Deputado Arilson, veio falar, chamar o Governo atual de fascista. Gente, isso dói de ouvir, não é? Eles usam aquela tática, aquela técnica de falar o que eles são, dizendo que você é; eles repetem isso mil vezes para querer enganar a população. Fiz questão aqui de ler para o Sr. Arilson, Deputado do PT, o que é fascismo. Fascismo é uma ideologia política ultranacionalista e autoritária, caracterizada por poder ditatorial, repressão da oposição por via da força e forte arregimentação da sociedade e da economia, exatamente o que os senhores do PT defendem, do Governo de Cuba e da Venezuela. Repressão ao povo na bala, na dor, no massacre. Esse fascismo cabe a vocês da esquerda, cabe ao Lula, que já foi, nos discursos dele já falou que quer um Governo forte como a China, que lá o Governo manda e o povo obedece, não por respeito: ou morre ou some, desaparece. É esse o Governo que o PT quer implantar no nosso País. Ainda fazem aí uma pré-campanha, fizeram um evento ridículo, é o carrossel do vexame, uniram Lula ao Alckmin, Alckmin que já declarou várias vezes toda a roubalheira do PT, já bateu forte, hoje grita: *Lula, Lula, Lula.* Ridículo! Ridículo. Uma união que nasceu morta, vergonhosa. Se for falar aqui tudo o que já foi feito no Governo Bolsonaro, em relação ao PT, em três anos de Governo concluímos mais obras, mais rodovias do que 13 anos da roubalheira do PT. Os tais dos Fies, que endividaram 98% dos alunos, quem deu anistia a eles? O Governo Bolsonaro. Não tem Governo mais democrata do que o Bolsonaro, que houve todos esses ataques de Rede Globo e de tanto outros e não se expressa, porque ele mantém a democracia e trabalha dentro da Constituição Federal. Esse é o Presidente que temos em nosso País. Tem muito assunto para falar, mas vi que o Deputado

Arilson ainda falou que o Lula é um pacifista e não um belicista... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Peço mais 10 minutos porque o Presidente aqui, do TRE, teve esse espaço também. Então, acho que um Deputado tem que ter também.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Por favor, um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): O senhor não atendeu ao meu pedido, mas está bom. Vou dizer o seguinte, o Lula teve a *cara de pau* e a falta de vergonha na cara de falar que ele resolveria a guerra, uma guerra trágica da Ucrânia com a Rússia, bebendo cerveja em uma mesa de bar. Isso é o *fim da picada*, só pode partir de um sujeito ordinário como esse, que não respeita nada e nem ninguém e acha que vai ganhar essa eleição. Só *se for na mão grande*, porque no voto será de primeiro turno. O nosso Presidente anda pelo Brasil inteiro e é aplaudido e ovacionado, enquanto ele é igual a um rato escondido no bueiro.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Senhor Presidente, queria pedir *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Senhor Presidente, dois oradores usaram a tribuna aqui, o Deputado Galo e o Deputado Arruda, e citaram a Mesa, como se houvéssemos cometido alguma ilegalidade ao recomendar aos que estão vendo o não cumprimento de uma lei votada por esta Casa e sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, por diversas autoridades. Primeiro, quero dizer o seguinte, nenhum dos dois tem formação em Direito, não

são obrigados a entender como funciona o mecanismo do controle de constitucionalidade. O controle de constitucionalidade, fundamentalmente, Deputado Arruda e Deputado Galo, ele é exercido de duas formas. De uma maneira concentrada e abstrata é quando se ingressa com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, questionando perante, no caso, ao órgão especial do Tribunal de Justiça, Lei Estadual, ou no caso também no STF, Lei Federal, basicamente é isso e se analisa no caso abstrato, o controle concentrado. Também o controle de constitucionalidade pode ser exercido de forma difusa. Como é a forma difusa? É que qualquer Juiz que exerce, enfim, da sua jurisdição, em face de uma medida que se possa questionar determinado, um mandato de segurança é um exemplo que citei, que questione o ato, por exemplo, do Prefeito de Curitiba. Isso pode ser feito à análise da constitucionalidade da lei, pode ser feito por qualquer Juiz. Se o Juiz entender que a lei é constitucional, ele, obviamente, revoga o ato do Chefe do Poder Executivo Municipal ou, no caso, do Reitor da Universidade Federal de qualquer outra universidade. O fato, Deputado Galo, é que não é competência do Poder Legislativo a fiscalização da aplicação da lei. Isso é competência, no caso específico, do Poder Executivo, no que é de competência dele. Ele tem que fiscalizar o cumprimento por meio da Procuradoria-Geral do Estado, dos outros órgãos, e do Ministério Público. Nesse caso concreto, cabe a Vossas Excelências, tanto ao Deputado Galo, como ao Deputado Arruda, oferecerem uma representação, uma denúncia, de notícia de fato, do descumprimento de lei estadual por parte de determinada autoridade. Agora, a Assembleia, naquilo que é competência dela, esgotamos a nossa competência quando fizemos aqui o processo do legislativo regular. Por isso que efetivamente para quem, claro, não conhece o Direito, não entende muito esse mecanismo, mas é um mecanismo previsto na Constituição. O nosso sistema é tripartite, ou seja, na verdade temos a tripartição dos Poderes nas nossas funções, no nosso caso é legislativa, ela tem limitações em relação a nossa atuação. Então, não cabe à Assembleia nesse caso reclamar, por meio de qualquer medida, do não cumprimento da lei. Isso é necessário fazer, efetivamente, aquele que se sinta prejudicado, concretamente, é isso. A lei tem eficácia plena, vale para todo o

Estado e efetivamente diz o seguinte, quem se sentir não contemplado, pode recorrer tanto àquele que no caso específico, aquele que se vir amparado pelas decisões do STF. Até disse isso aqui quando votamos a lei, que a decisão do STF era diferente da questão da constitucionalidade da lei, mas não entro nesse mérito. Digo o seguinte, tem que ter uma decisão judicial ou do Tribunal de Justiça ou de um Juiz, no caso do um controle difuso de constitucionalidade.

DEPUTADO GALO (PP): Permite-me, Excelência? No nosso Regimento, não temos dentro do nosso Regimento uma Comissão para fiscalizar as leis aprovadas? Não é possível com o Regimento? Não conheço, não cheguei nessa parte. Mas a sensação que tenho, Romanelli, Secretário, que tenho certeza de que a Assembleia Legislativa deve ter um mecanismo, por meio de uma Comissão, para fiscalizar as leis. Não é possível que se aprove uma lei, lei sancionada e não haja um mecanismo de fiscalização por meio do nosso Regimento. Só para entender.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Como estou falando *pela ordem*, até não deveria, mas vou lhe responder de forma objetiva. Ontem derrubamos aqui um veto, um Projeto de Lei do Deputado Luiz Fernando Guerra. Não. Não foi do Guerra, desculpe, aquela questão que tratava do *chip* do pedágio. Vejam, a quem compete à fiscalização, no caso das concessões, é ao Poder Executivo. No caso do Paraná sempre foi delegado ao DER, ou seja, isso é competência do Poder Executivo, não é competência da Assembleia Legislativa. Não temos essa atribuição constitucional de fiscalizar a aplicação da lei. Efetivamente é isso. Podemos denunciar, como Vossas Excelências fizeram, mas do ponto de vista constitucional não temos essa delegação, essa atribuição. É o Ministério Público que deve ser acionado nesse caso específico.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Aliás, Deputado Romanelli, todas as leis aqui aprovadas pelo Parlamento e sancionadas pelo Governador ou promulgadas por esta Presidência, a qualquer momento alguém pode se insurgir e alegar que é inconstitucional ou encaminha à Justiça. Não há

outro caminho. Não é a Assembleia que vai ficar fiscalizando o que se aprova aqui e que foi sancionado pelo Governador. Então, é importante que todos saibam disso. Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a população que acompanha nossa Sessão, nesta terça-feira. Na Câmara de Vereadores neste momento está tendo a reunião da Comissão de Ética. Tem um relatório que foi apresentado pelo relator da Comissão de Ética que solicita a cassação do mandato do Vereador Renato Freitas, Vereador de Curitiba. A Vereadora Maria Letícia apresentou, está neste momento apresentando um voto contrário, demonstrando que ele não cometeu crime algum, mas ele foi já muito ofendido, atacado, pelas redes sociais, inclusive pelo Presidente da República. O Presidente da República, o Sr. Jair Messias Bolsonaro o atacou, como se ele tivesse cometido um crime, mas o Presidente da República não se manifestou quando o Vereador Jairzinho do Rio de Janeiro cometeu o crime, assassinou, inclusive, uma criança enteada dele, um menino inocente. Também não reagiu o Presidente da República, quando o Deputado Estadual de São Paulo, Fernando Curi, cometeu crime, assédio sexual contra a Deputada Isa Penna. Também não se manifestou quando o *Mamãe Falei*, o Deputado Arthur do Val cometeu crime, chegou a renunciar o mandato como Deputado em São Paulo, porque foi na Ucrânia e cometeu crime contra as mulheres ucranianas, ofendeu as mulheres de um modo geral no mundo inteiro, não se manifestou. Três parlamentares brancos. Agora, o jovem Vereador negro, de Curitiba, que não cometeu crime nenhum, este ele foi às redes. E não foi só ele, teve outras lideranças, inclusive do Paraná, que também usaram as redes sociais para agredir e para pedir a cassação do Vereador, um Vereador negro, referência na luta pelos pobres, especialmente pela igualdade, um Vereador que combate o racismo. Então, não concordamos com esta solicitação de cassação do mandato do Vereador Renato Freitas da cidade de Curitiba. Foi eleito com mais de 5 mil votos na capital, foi colocado lá pela população, não cometeu nenhum crime, portanto, não pode receber a sentença de perda do mandato, cassação do mandato. São poucos os negros e negras que

participam da política e detêm cargos, tanto no Executivo quando no Legislativo, no Brasil. Temos o racismo no Brasil que é um racismo cultural, um racismo estrutural, está nas estruturas, nos poderes, e precisamos combater todos os dias o racismo. Por isso, queremos que o Renato fique e que o racismo saia, que o racismo seja expulso daquela Câmara de Vereadores, por exemplo. Então, estamos acompanhando com atenção, quero aqui me dirigir aos Vereadores e Vereadoras que estão lá no debate, que compõem aquela Comissão de Ética da Câmara de Curitiba, mais uma vez me dirigir aos Vereadores e Vereadoras e solicitar que não punam o Renato, este jovem negro, militante do movimento negro do Paraná e do Brasil, com a perda do mandato. Quero aqui também, Sr. Presidente, neste tempo que me resta, pedir o apoio ao Projeto 93, de 2021, que sou autor, ao lado das Deputadas Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir. Quero aqui, neste minuto que me resta, pedir o apoio a todos os Deputados e Deputadas a um projeto muito importante da nossa autoria, que tem como coautoras as Deputadas Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória. Trata-se do selo “Empresa pela Mulher”. Esse selo é destinado a estimular boas práticas empresariais, que combatam a violência contra a mulher, que promovam a mulher, que promovam a igualdade. Por isso, peço apoio de todos e todas para aprovar esse importante Projeto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos que acompanham a nossa Sessão pela *TV Assembleia* e pelas mídias sociais. A preocupação que temos e que nos traz à tribuna neste dia, Sr. Presidente, é reforçar o pronunciamento que aqui fiz

na semana passada, mas também que hoje o Deputado Michele Caputo fez, que a Deputada Mabel já fez nesta tribuna também há alguns dias e tenho certeza de que fará novamente, porque a preocupação continua, que é com relação ao Samu. Sabemos que o Samu, criado no Governo do PT, sabemos o quanto é importante para salvar vidas, assim como muitas e muitas ações que foram criadas no Governo do PT, mas não estou aqui para falar da questão do Governo do PT, porque acredito que o Lula já faz isso muito bem, também nossos companheiros que aqui representam, principalmente o Deputado Tadeu Veneri que representa a nossa Bancada, mas estou aqui para falar e quero falar também das ações do PT, mas em outro momento, hoje quero mesmo é defender aqui o Samu. O Samu que tem salvado muitas vidas e que hoje corre um sério risco de terminar esse trabalho que vem realizando aqui no nosso Estado do Paraná. Falei na semana passada com relação à região do sudoeste, onde tem um consórcio, e esse consórcio regional que é formado pelos 42 municípios do sudoeste, o Samu sempre trabalhou e fez um trabalho muito bom, nunca tivemos uma reclamação com relação ao trabalho prestado pelo Samu na região do sudoeste, mas os recursos que são repassados, onde 50% devem vir do Governo Federal, é compromisso do Governo Federal, onde 25% são do Estado, são de responsabilidade do Estado, e 25% dos municípios do sudoeste, esse valor está muito defasado, precisa ser corrigido, não tem mais condições de continuar sendo feito o trabalho que é realizado pelo Samu se não tiver a correção desses valores, se não tiver uma participação maior e o compromisso assumido sendo realizado por parte do Governo Federal e também por parte do Governo do Estado. E assim, dessa forma, a nossa preocupação é porque como aqui na região de Curitiba, como também na região de Ponta Grossa, o município de Ponta Grossa e a região de Campos Gerais, também hoje existe uma preocupação muito grande porque estão, sim, a equipe que compõe o Samu, estão com os salários atrasados, estão praticamente sem condições de poder continuar realizando esse trabalho. A Deputada Mabel já falava isso aqui muito bem aqui nesta tribuna, o Deputado Michele Caputo reforçou muito no dia de hoje e é a preocupação que temos e queremos reforçar. Acredito que essa é uma preocupação de todos os

Deputados desta Casa, porque todos sabemos bem o quanto é importante garantir esse trabalho que é realizado pelo Samu, é garantir que vidas sejam salvas. Sabemos que o Samu é chamado justamente naquele momento mais urgente, mais necessário na vida das pessoas. Então, não podemos deixar que esse trabalho se acabe aqui, não podemos deixar que esse trabalho deixe de existir. Precisamos, sim, fazer com que as pessoas possam ter a certeza de que vão continuar tendo esse trabalho realizado pelo Samu. Então, fica aqui, Sr. Presidente, o nosso pedido, fica o pedido a todos os Parlamentares que compõem, não só que compõem esta Casa de Leis, mas principalmente dessas regiões, aqui falo do sudoeste, falo da região dos Campos Gerais, aqui de Curitiba. Curitiba sabemos que existe um clamor muito grande para poder dar continuidade a esse trabalho, porque sabem da necessidade também que tem, existe um clamor muito grande por parte dos trabalhadores, das equipes que compõem o Samu, mas que infelizmente não estão sendo correspondidos e nem valorizados da forma como deveriam, principalmente naquilo que se refere à questão salarial. Então, fica aqui... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Fica o nosso pedido que o Governador olhe com carinho, que continue garantindo esse trabalho, que é de fundamental importância para a vida do povo paranaense, que é o trabalho do Samu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Republicanos, Deputado Marcio Pacheco.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Marcio Pacheco (REP); Mabel Canto (PSDB); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Subo a esta tribuna, na verdade, não para abordar esta pauta

inicial, mas já que foi tão enfaticamente destacada pelo Deputado Professor Lemos, apenas para fazer o contraponto. O Professor Lemos argumentou, de maneira muito intensa, o fato de o Vereador aqui de Curitiba poder sofrer ou não alguma consequência em função dos seus atos em virtude da sua cor, por ser negro. Em nenhum momento foi abordado esse tipo de assunto por ele ser ou não ser negro para ser passível do crime que cometeu, sim, e que, inclusive, encaminhei uma denúncia para o Ministério Público para que se apure, com base no art. 208 do Código Penal. E não me interessa se ele é negro, ou se fosse branco, se fosse amarelo, ou se fosse pardo, se fosse mulher, se fosse homem, de qualquer raça, seria crime igual, porque invadir uma Igreja, vandalizar um culto é crime para qualquer pessoa, não é por ser negro, por ser homem, por ser mulher. É crime. Então, por essa razão, o Vereador deve, sim, ser investigado, deve responder pelos seus atos, criminalmente, inclusive. Não por ser negro. Por ter cometido um ato, que no meu entendimento, é um crime. E não é no meu entendimento, está muito claramente descrito no art. 208 do Código Penal. Então, essa vitimização em função da cor do Vereador tem que acabar. Ele é um Vereador de Curitiba. Não me interessa se ele é negro, se é branco, não, um Vereador que fez um ato que merece a responsabilização devida pelo seu ato, não em função da sua cor. Mas quero falar de maneira especial, acompanhei também atentamente as falas do Deputado Galo, do Deputado Ricardo, do Deputado Romanelli em relação ao descumprimento da nossa lei, que foi aprovada aqui na Assembleia Legislativa, que foi sancionada pelo Governador e está em vigor, mas para fazer o contraponto de que depende, Deputado Tiago Amaral, muito mais de sensatez, depende de coerência, depende de juízo, é o que fez, por exemplo, nesta tarde publicada aqui na rede social da Universidade Técnica Federal do Paraná, a UTFPR, que acaba de deixar de exigir o comprovante vacinal para ingresso na UTFPR. Está aqui, inclusive, publicado: "O Conselho Universitário da UTFPR aprovou a proposta de revogação da resolução que exige o comprovante de vacinação contra Covid em reunião nessa segunda-feira, dia 9." Não foi necessário, Deputado Gilson, ninguém ir com a polícia lá na porta da Universidade para fazer isso, bastou um pouco de bom senso. Um bom

senso e uma pressãozinha nossa que também encaminhei um ofício para todas as Universidades aqui do Estado do Paraná, quando foi aprovada a nossa lei, pedindo que esse absurdo deixasse de acontecer. Se a UTFPR, que é um órgão federal, e diz que a decisão se baseou na legislação estadual e federal também. Então, se a UTFPR fez isso, o que é que está esperando o Reitor da Universidade Federal do Paraná para fazer isso também? É só para afrontar. É só para continuar desrespeitando. Pela petulância, pela arrogância, pela prepotência, porque não tem justificativa técnica, nem com amparo no Ministério da Saúde, nem com amparo na lógica. Está se vendo que o comprovante vacinal não evita nada. E as nossas Universidades Estaduais vão continuar demorando para o Conselho se reunir, que nem depende de decisão de Conselho, o próprio Reitor deveria, de cada Universidade, deveria, por respeito à lei: *Olha, a partir de hoje, tem uma lei no Paraná e estamos revogando qualquer Resolução que haja de impedimento de ingresso na Universidade.* Que é um abuso de autoridade e acredito que, em algum momento, seja pela história, ou seja pelo crime que estão cometendo, na minha avaliação, serão responsabilizados, porque não podem continuar fazendo isso. O Ministério Público não pode continuar pressionando os pais. Não existe lei que obrigue a imposição de vacinação em nenhum cidadão brasileiro, quem dirá nas crianças. Que relação às crianças, as Notas Técnicas 2 e 10 do Ministério da Saúde, inclusive, é específico, Deputado Gilson, fala que os pais devem, se quiserem, concordar. O que falta para entender, para interpretar uma questão dessa? Além de não fazer parte das vacinas previstas no Plano Nacional de Imunizações, que é a lei que eles se amparam que existe nesta Casa, refere-se às vacinas previstas no Plano Nacional de Imunizações. Então, tem que haver essa sensatez. A Secretaria da Saúde já deveria ter revogado há muito tempo aquela nota que fez lá para haver uma busca ativa das crianças. Gente, isso é um absurdo. Existe uma lei que foi sancionada e assinada pelo Governador e que está em vigor no Estado do Paraná. O Prefeito Greca, Deputado Ricardo, olha, nem sei o que comentar, porque é de uma desobediência, de uma falta de sensatez, de lucidez o que ele está fazendo. Como é que exonera um servidor, uma servidora, uma enfermeira e depois um médico, com base em que, meu Deus

do céu? Qual é a lei que ampara esse cidadão para exonerar um cidadão? Um servidor da casa que não se submeteu a uma vacina que não é obrigatória. Então, assim, são disparates em cima disparates, mas, nesses disparates tantos, fica aqui o nosso reconhecimento e o meu cumprimento ao Reitor Marcos, da UTFPR, que respeita a lei e que passa, a partir desta data, a desobrigar a exigência do ineficaz comprovante vacinal que não impede transmissão, que não impede o contágio. Passo um aparte a V.Ex.^a, Deputado Ricardo.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Deputado Marcio Pacheco, parabéns pela fala. Estamos na mesma linha, que é o correto. É o que a OMS orienta, o que o Conselho Federal de Medicina orienta. Todos são contra esse inútil passaporte sanitário. Isso é coisa de ditador, de quem realmente não respeita o povo e nem respeita as leis. O que quero acrescentar também, quando o senhor falou do Vereador, o que invadiu a Igreja. E o senhor bem falou não tem nada a ver com a cor, porque esse Vereador, que chamo de meliante, meliante, não é e primeira vez que ele faz baderna não. Ele já tem umas dez. Na folha corrida dele puxa lá e veja, por desordem, por bagunça, por desrespeito à autoridade. Ele não respeita nada. É um meliante. E cometeu um crime, sim, porque invadir um culto, uma Igreja, durante a missa, no caso, isso é crime federal. Como que um Deputado aqui fala que não é crime? Agora querem se fazer de vítima pela cor dele. Não importa a cor. Quando o cara é sem vergonha pode ser branco, negro, índio. Tem vagabundo de todas as cores. E esse tipo de perdão que vão dando vai aumentando a impunidade, por isso que ele já aprontou um monte. E se não cassarem ele agora, será uma vergonha para a Câmara de Vereadores e esse sujeito amanhã vai fazer algo pior. Então, é melhor cortar o mal pela raiz. Muito obrigado.

Deputado Gilson de Souza (PL): Um aparte, por favor?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Pois não, Deputado Gilson.

Deputado Gilson de Souza (PL): Apenas, Deputado Marcio Pacheco, parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e me somo ao seu pronunciamento nos

dois temas que V.Ex.^a colocou aqui. Primeiro, com relação ao Vereador. Independentemente da nossa crença, da nossa cor, temos que responder pelos nossos atos. E o Vereador tem um mandato, é responsável pelos seus atos e precisa ser julgado por eles, independentemente da sua cor. Então, acho lamentável simplesmente recorrer ao fato de ele ser negro, pedindo, então, a sua absolvição, como se fosse imputável. A situação também que fiquei bastante chocado é com relação aos prefeitos que não respeitam a lei que votamos aqui e que o Governador sancionou e que precisa ser respeitada. Infelizmente, estamos vivendo e um tempo muito difícil de desordem, onde um Presidente da República já não manda, aí os Prefeitos têm mais poder do que um Governador e depois quem responde é o Presidente da República pelos atos do Prefeito, os seus decretos e tudo mais. Quero dizer que me sinto muito desrespeitado como legislador. Aquilo que fizemos aqui e qualquer ação nesse sentido dos Deputados que se sentirem desrespeitados por isso, somo-me também a esses Deputados. Esta Casa precisa ser... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Marcio, por favor, para concluir.

Deputado Gilson de Souza (PL): Só mais uma vez parabenizando e me somo ao seu pronunciamento.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Obrigado, Deputado Gilson, Deputado Ricardo Arruda. Quero apenas finalizar, Sr.^s Deputados, esperando, implorando para que superemos essa pauta que está vencida, para que as universidades estaduais respeitem o cidadão, respeitem a sensatez e respeitem a lei. Para que a Universidade Federal respeite, para que o Ministério Público respeite, para que os Prefeitos respeitem a população em primeiro lugar, a população em primeiro lugar que não merece mais isso! E, claro, não menos importante a nossa lei que foi aprovada, sancionada e está em vigor no Estado do Paraná e vamos superar essa história de passaporte sanitário, vamos para outros debates. E mais uma vez meus cumprimentos à Universidade Técnica Federal do Paraná, exemplo para as

outras universidades pararem também de desrespeitar a Lei Estadual. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos assistem. Também quero falar sobre a questão do Samu, que muito está preocupando a vários Parlamentares aqui nesta Casa. Falo em específico sobre a questão da Região dos Campos Gerais, porque hoje, na data de hoje, o Cimsamu, que é o consórcio que integra 27 municípios da nossa região, que prestam esse serviço à nossa população, anuncia que está suspendendo o contrato com a empresa OZZ, uma empresa que tem um histórico muito duvidoso. Inclusive está em Ponta Grossa neste momento com o salário dos trabalhadores, dois meses atrasado. Não dá o vale-alimentação, não faz o adicional noturno, por isso, então, o Cimsamu resolveu, hoje, interromper os serviços. Diz que outra empresa deve assumir a partir de amanhã, informou também que os repasses para a empresa estão em dia e que a decisão vale para os 27 municípios que integram o consórcio. Mas quero falar sobre essa novela que é o Samu, lá na nossa região, o Cimsamu. Isso porque o Ministério Público, Ministério Público, prorrogou por mais um ano o inquérito que apura justamente as irregularidades do contrato do Cimsamu com a OZZ Saúde. Essa investigação teve início lá em março de 2020 e o Ministério Público vai prorrogar por mais um ano. Não deu tempo ainda, Deputado Arilson, de apurar as irregularidades entre o consórcio e entre a OZZ. Mas quero contar esse histórico, então. Segundo a denúncia que foi recebida pelo Ministério Público, antes mesmo de ser oficializada a contratação pelo Cimsamu, essa empresa OZZ já estava fazendo recrutamento dos funcionários para trabalhar ali nos campos gerais, como se ela já soubesse que tinha sido escolhida para prestar o serviço. Além disso, ao contrário das outras empresas interessadas no contrato, os documentos da OZZ foram entregues diretamente nas mãos do ex-diretor do consórcio, Jaime Menegotto. Outro indício de favorecimento que foi levantado ao Ministério Público,

é sobre o orçamento do serviço. Conforme os autos, o valor mensal para operação do Samu Regional, previsto no edital do Cimsamu, seria o mesmo apresentado pela empresa, exatamente o mesmo: R\$1 milhão e 352 mil reais. Em novembro do ano passado, o Ministério Público chegou a interrogar o ex-diretor do consórcio sobre essas irregularidades, ele disse que tinha sido convidado pelo então presidente do consórcio – adivinhem quem? Marcelo Rangel Cruz de Oliveira, que era o Prefeito de Ponta Grossa, para trabalhar o Samu Regional, negou o favorecimento da empresa, evidentemente, mas disse que seguiu as orientações jurídicas do Cimsamu, que desde o início das operações, o Samu regional enfrenta muitas dificuldades para funcionar. O motivo é justamente o vai e vem das empresas que são contratadas para operar o serviço e a OZZ, essa empresa que hoje saiu, ela conseguiu o primeiro contrato após uma impugnação de editais, operou emergencialmente por seis meses e no ano passado outra empresa foi contratada sem licitação para substituí-la, mas o contrato era de 180 dias e a OZZ conseguiu depois um novo contrato e voltou a gerir o Samu, lá nos Campos Gerais, mesmo com os bens bloqueados desde dezembro de 2021, devido a um superfaturamento no estado do Rio de Janeiro. Ela foi contratada mesmo assim pelo Cimsamu, para atuar lá na nossa região. E aí ela teve contas bloqueadas, deixou vários meses de pagar os funcionários, atrasou pagamentos, enfim, uma confusão toda que hoje está terminando. Mas o que quero dizer dessa situação toda que nos preocupa, é justamente a questão relativa aos funcionários que estão, neste momento, sem receber, que vai findar o seu contrato, que estavam atendendo a nossa população, e, claro, o atendimento da população desses 27 municípios dos Campos Gerais. E o que impacta, o que tem impactado nisso? Acho que as pessoas não sabem. Por que a gestão está tão ruim, Deputado Arilson, na questão de saúde, por exemplo, lá nos Campos Gerais? Vou lhe dizer, por que! Mando político, mando político exercido por politiquinhos que usam as regionais – inclusive a de saúde – e falo isso de Ponta Grossa, para benefício próprio. E acabam prejudicando a população. Não sei se isso acontece nas outras regiões do Estado, mas lá, em Ponta Grossa, parece que o Governador dividiu assim o Estado em capitânias hereditárias e nomeou algumas pessoas para

cuidar das regiões. Lá em Ponta Grossa, tem um coronel que foi Secretário de Estado, inclusive. Foi Secretário de Estado, mas era, ao mesmo tempo, Secretário da Saúde, era Secretário da Justiça, enfim, tudo que tinha, era ele o Secretário. Ele que anunciava tudo e hoje, mesmo não sendo Secretário, continua anunciando tudo e mais um pouco, inclusive o que ele não faz! Esse cidadão, com seu grupo político, está acabando com a saúde da região dos Campos Gerais. As pessoas ficam semanas aguardando dias nas UPAs, esperando vaga de leitos, que os hospitais da nossa região não têm recebido! Não sei por quê! Coitada da nossa população, Deputada Luciana, está tendo que vir aqui para Campo Largo, no Rocio, porque o nosso hospital público regional, que é muito amigo desse grupo político que está lá, em Ponta Grossa, parece que está selecionando pacientes. Olha a situação que estamos vivendo com o Pronto Atendimento Infantil fechado em Ponta Grossa, desde outubro do ano passado. Não temos gestão na saúde, a Regional de Saúde nada faz! Está lá, na verdade, para encobrir o que está acontecendo no município de Ponta Grossa. E quando acoberta Ponta Grossa não prejudica só a população de Ponta Grossa, prejudica toda a nossa região, porque os municípios pequenos dependem de Ponta Grossa. É preciso dizer está na hora de mudar essa história. Esse tal de mando político tem que acabar. Quem fica indicando cargos para se favorecer, e, olha, até fico pensando o que tem por trás, Deputado Requião Filho, de toda essa situação que tanto eles precisam estar neste mando? Para beneficiar o quê, Deputado Arilson? Fico com essa dúvida, vou deixar essa dúvida no ar. Não vou acusar aqui, ninguém, mas vou deixar essa dúvida no ar. E queria pedir ao Governador, à Sesa, acho que a Sesa ela tem procurado atender à população, o ex-secretário sempre foi presente, mas não podemos mais permitir que as pessoas usem dos órgãos do Governo do Estado, nas regionais, para fazer politicagem, porque infelizmente isso está afetando diretamente a nossa população. Volto a falar: Pronto-Atendimento Infantil em Ponta Grossa fechado, desde outubro. As crianças sofrendo, indo na UPA Santa Paula, aguardando às vezes 10, 11 horas para serem atendidas. Esta semana, ontem, as crianças e as mães estavam para fora da UPA, no frio, esperando atendimento, porque estava lotado. Estamos sem

gerência, sem gestão alguma em Ponta Grossa. E as Regionais, que deveriam fazer o seu papel de dar atenção, de inclusive fiscalizar, na verdade, infelizmente, estão apenas acobertando. Isso é o que acontece, infelizmente, lá em Ponta Grossa. Mas quero dizer para esse Coronel lá de Ponta Grossa que ele não é dono de Ponta Grossa. Você não manda em Ponta Grossa. Quem manda em Ponta Grossa, quem manda nos Campos Gerais, é o povo dos Campos Gerais.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, pela Liderança do PT, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Na verdade, venho aqui, Sr. Presidente, para levantar alguns questionamentos que vêm sendo feitos, mas é claro que em um dia como hoje, que é um dia atípico também, até porque estamos tendo uma espécie de extensão da Câmara de Vereadores de Curitiba para a Assembleia Legislativa, tamanho é o interesse do que está acontecendo na Câmara, embora esse mesmo interesse não tenha ocorrido, Deputado Lemos, quando tivemos denúncias contra uma Vereadora que, aliás, saiu algemada da Câmara e aqui não houve nenhuma manifestação. Da mesma forma que a Vereadora, agora, também, Ex-Vereadora condenada a uma pena bastante dura, 41 anos de prisão por conta de rachadinhas na Câmara de Vereadores, cujo processo de investigação que deveria ser rápido, também, na Comissão de Ética acabou prescrevendo pelo prazo, porque não chegava a nenhum acordo. Então, prescreveu, o prazo foi mais longo do que deveria. A mesma coisa com um Vereador que teve o seu mandato suspenso por cinco votos a um. Está com uma liminar, mas tem o seu mandato suspenso. Aliás, Deputado Arilson, esse Vereador, inclusive, não só teve o seu mandato suspenso como o seu suplente tomou posse. Depois, claro que fez, porque não havia prestado contas em tempo hábil, recorreu e conseguiu que o seu mandato fosse restituído e agora está com uma liminar exercendo o mandato. Mas não houve nenhuma comoção aqui na Assembleia Legislativa nesses três casos que estou citando: duas Vereadoras saírem algemadas, uma delas foi condenada a 41 anos de cadeia por rachadinha, a outra também por problemas

semelhantes, um Vereador que tem o seu mandato cassado. E hoje fui até a Câmara de Vereadores e lembrei algumas situações muito interessantes na Câmara de Vereadores. Fui Vereador em Curitiba de 1995, Deputado Marcel, até 2002, mas antes disso havia em Curitiba um grupo que era conhecido como Pró-Cidade, grupo que tinha relações extremamente estreitas com o transporte coletivo, e foram acusados de tudo menos de serem santos, mas nunca se abriu nenhum tipo de processo, porque talvez não fosse interessante. Não sei o que vai acontecer com o Renato, não sei o que vai acontecer na sequência do que acontecer com o Renato, sei que o que tinha de dizer a respeito disso, Deputada Luciana, falei a semana passada, que entendo que aqueles que deveriam se sentir ofendidos já fizeram aquilo que talvez alguns aqui se sintam muito indignados em fazer, que é o perdão. Se o Renato cometeu um erro, aquele que deveria ser o mais atingido, que foi justamente, ou aquela, a Igreja Católica e o Arcebispo da Igreja Católica, já o perdoaram. Agora, a cassação do Renato não é por algo que tenha ocorrido dentro da igreja, em um determinado momento, é política. É política. Já foi dito aqui, já foi dito na Câmara, já foi dito inclusive por um dos membros da Comissão de Ética que renunciou, que era preciso dar um calor na Vereadora que estava em dúvida se votaria a favor ou contra a cassação caso fosse essa a determinação. Ontem mesmo, não sei se é verdade ou não, falou-se muito aqui em Curitiba, Deputado Pacheco, de uma pessoa que tem, não sei qual é o termo, dono da Igreja ou o que ele é do Rio de Janeiro, que teria ligado para a Vereadora Noêmia exigindo o seu voto pela cassação. Sou contra a cassação. Sou contra, já falei isso. Acho que não é isso que vai trazer nenhum tipo de solução para a Câmara de Vereadores, mas isso quem vai decidir é a Câmara e, na sequência, obviamente, o Judiciário. Mas volto a dizer: não acredito que a Câmara de Vereadores vá levar a efeito uma decisão absolutamente inédita, depois de todos os seus antecedentes, onde sequer houve uma manifestação de qualquer forma contra atos que foram cometidos, contra um Vereador que está com uma liminar porque foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral, contra a Vereadora que saiu algemada, contra a outra Vereadora que depois de condenada a 41 anos de prisão por rachadinha. E, se formos puxar o fio, iremos

ver que isso não se resume à Câmara de Vereadores de Curitiba. Temos no Brasil inteiro, infelizmente, todos os dias, denúncias de processos de divisão de recursos dos funcionários com os Parlamentares, não necessariamente voluntário, de isso acontecer, de uso irregular da máquina, e aí as coisas vão. Muitas coisas nem sabemos. Aliás, lembro que o Presidente Jair Bolsonaro gastou R\$ 5 mil por minuto na sua última viagem, cerca de cento e tantos milhões de reais, o homem que se diz correto. Aí quando foram investigar, Professor Tercílio, como o Jair Bolsonaro é muito correto, não quis contar como que gastou quase R\$ 100 milhões em uma viagem, decretou o sigilo por 100 anos. É uma hipocrisia. É uma hipocrisia virem falar em isto e aquilo quando defendem o mesmo Presidente, defendem um Presidente que tudo que o ameaça ou aos seus filhos, inclusive há suspeita de crime e não de crime eleitoral, mas de crime de homicídio, que é a suspeita que paira, se é verdade ou não é o Judiciário que vai dizer, que paira sobre os seus filhos, coloca em sigilo sobre 100 anos. Mas venho aqui, também, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, porque sabemos que está havendo uma greve desde o dia 23 de março, que já conta com 26 Estados, do Sindprevs, sindicato que representa os trabalhadores do INSS ou da Previdência Social. Esse Governo que não negocia. Vejam, de 23 de março. É bastante tempo. O Governo cortou parte dos salários dos servidores em greve neste mês. Sempre que foi feito um processo de negociação, as negociações não andam. Segundo os diretores colegiados da Fenasps, a Federação Nacional dos Previdenciários e de Saúde, as principais reivindicações são concurso público, porque há uma defasagem de mais de 10, 12 anos, para preencher 20 mil vagas; melhores condições de trabalho para melhor atender à população; e reposição emergencial, 19.99, que é a reposição dos últimos três anos. E falo isso porque há, hoje, um processo onde temos represados cerca de mais de 3 milhões de benefícios, Deputada Luciana, 3 milhões de benefícios represados e mais de um 1 milhão de perícias a serem feitas. Se isso não significa nada para o Governo Federal, não sei o que significa. Três milhões de pessoas esperando pelo INSS para ver se podem, quando podem e como podem requerer a sua aposentadoria, e um milhão de benefícios que até agora não foram analisados. Este Governo é um caos. Este Governo é um

desastre. Onde quer que você olhe, você vai encontrar problemas, seja na figura da Primeira-Dama ou da mulher do Presidente, que vai à televisão fazer campanha eleitoral antecipada na cara dura, seja pelos 100 anos de sigilo, seja pelos palpites que gerais a torto e a direito ficam dando na questão eleitoral, ameaçando inclusive explicitamente que podem não ocorrer eleições, mas é um desastre! Governo que hoje sobe novamente os combustíveis. E aí o que faz o Presidente? Põe a culpa na Petrobras. Mas quem indica a Petrobras? É o Deputado Arilson? É o Presidente da Assembleia Legislativa quem indica o Presidente da Petrobras? São os Deputados da Base do Governo aqui que indicam o Presidente da Petrobras? Não! É o Sr. Jair Messias Bolsonaro, que não tem colhão, não tem pulso firme para intervir então na Petrobras e mudar o sistema que está lá, que foi feito a partir do momento em que disseram que havia dolarização. Agora fica choramingando: *Não consigo fazer nada. A Petrobras...* Ora, Jair Messias, seja Presidente, assuma a sua responsabilidade, desvincule a dolarização. Mas não vai fazer isso! Não vai. Esqueçam. A Petrobras vai continuar dando 100, 200 bilhões de lucro à custa do povo brasileiro e pior... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente. Distribuindo esse lucro para os acionistas, que na maioria das vezes não estão nem no Brasil, vendendo os seus ativos, continuando *tirando o couro* do povo brasileiro, enquanto este Governo não tiver coragem de mudar a forma que foi feita já no Governo Temer, de dolarização do petróleo. O petróleo é brasileiro, os trabalhadores são brasileiros, as plataformas são brasileiras, as refinarias são brasileiras, mas o preço é em dólar, porque o Sr. Jair Bolsonaro deve ter um compromisso que não explicita extremamente amarrado com setores que não sabemos quais são, mas ele sabe. E aí faz o quê? Choraminga! Choraminga, como tem sido o hábito do homem que se diz vítima de todas as perseguições,

mas que não resolve absolutamente nada. Mas dia 2 de outubro a população certamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Registro a presença na Casa dos Vereadores de Tuneiras do Oeste, João Paulo de Oliveira Leite, José Ribeiro e Roseli Aparecida Marcelino, por solicitação do Deputado Delegado Fernando Martins; da mesma forma, do Prefeito de Diamante do Oeste, Sr. Guilherme Pivatto, do Presidente da Câmara, Sr. Ênio Dessbesel, e do Secretário da Saúde, Sr. Ornélio Wolschick, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco. Sejam todos bem-vindos. Próximo orador, Deputado Soldado Adriano José.

DEPUTADO SOLDADO ADRIANO JOSÉ (PP): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Deputados e todos que nos assistem, boa tarde. Para mim é uma satisfação subir à tribuna para tratar sobre assuntos de interesse da população paranaense, sobretudo das nossas forças de segurança aqui do Estado. Dizer que, enquanto Parlamentar, atuamos em todas as áreas, as demandas são muito grandes, mas nunca deixamos de atuar principalmente na área da segurança pública, que é uma área que realmente merece toda a atenção possível. Quero dizer da minha satisfação enquanto Deputado Estadual de fazer parte de um grupo de trabalho criado pelo Governo do Estado, alinhado com a Casa Civil, onde as associações que representam as polícias estão fazendo parte, grupo que foi criado para tratar pautas da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Polícia Penal, dos Agentes de Segurança Socioeducativo e da Polícia Científica e dizer que, no que diz respeito à Polícia Militar, por exemplo, há praticamente nos seus 167 anos de existência, pela primeira vez na história, um Praça da Polícia Militar faz parte de um grupo de trabalho para discutir assuntos inerentes e de interesse da Polícia Militar. Dizer que quero fazer um apelo aos nossos policiais militares, aos policiais civis, aos agentes de segurança socioeducativos e aos profissionais da polícia científica, porque este grupo de trabalho estará abordando temas de interesse geral. Da mesma maneira, quero dizer que todas as pautas que serão discutidas nesse grupo de trabalho são alinhadas com o Secretário da Segurança Pública,

Dr. Vagner Mesquita, com o nosso Comandante-Geral, Cel. Hudson, com o nosso Dr. Rockembach e também com os nossos policiais penais, o Dr. Caricati, e com os agentes de segurança socioeducativo. Quero dizer da minha alegria e da minha confiança nos trabalhos que estão sendo liderados pela Casa Civil, com o nosso Chefe da Casa Civil Ortega, por meio do nosso Diretor-Geral, Dr. Luciano, alinhado com o nosso Líder do Governo, Deputado Micheletto, e dizer que esses trabalhos estarão sendo feitos com muita seriedade e com muita responsabilidade para que possamos avançar mesmo nessas pautas relacionadas à segurança pública. Tenho aqui em minhas mãos, policiais militares, um documento que é um Anteprojeto de Lei com mais de 200 páginas, que trata justamente do sistema de proteção social dos policiais militares, um Anteprojeto de Lei que trata da vida dos nossos policiais militares. Então, quero pedir para que os senhores pesquisem e estudem este sistema de proteção social para que, chegando à conclusão de que ele não está de acordo com aquilo que a base da PM quer, para que possamos fazer as mudanças necessárias de acordo com aquilo que os senhores julgarem que é importante neste Projeto de sistema de proteção social dos nossos policiais. Tenho aqui também outro documento, outro Anteprojeto de Lei com mais de 60 páginas, que trata de mudanças na Lei de Promoção de Praças. E já vi aqui que uma das mudanças é justamente a exigência de concurso para promoção de Cabo para 3.º Sargento, ou seja, na minha avaliação, algo inaceitável, porque quando se diz promoção, o mesmo critério usado para os Praças também já é usado para os nossos Oficiais, ou seja, seguindo o critério de simetria nessas promoções. Destacar que o Governo do Estado agora, no seu Governo, o Governador Ratinho Junior, fez algo inédito na Polícia Militar, promoveu mais de 6 mil Praças. Isso mesmo, mais de 6 mil Praças! Algo inédito na Polícia Militar do Paraná, sendo que essas promoções seguiram o mesmo critério de promoção dos nossos oficiais. Então, defendo que aqui na Lei de Promoção de Praças deve continuar do jeito que está porque na Lei Orgânica das Polícias Militares do Brasil, que está sendo discutida na Câmara Federal e no Senado Federal, eles estão seguindo justamente o que foi implantado e o que está sendo feito aqui no nosso Estado do Paraná. Tenho aqui também mais um Anteprojeto de Lei que trata da

Fusame, que é uma fundação de saúde para os nossos policiais militares, um grande avanço porque hoje precisamos de fato trabalhar algo que seja palpável e que realmente atenda aos interesses dos nossos profissionais da segurança pública e no caso a criação dessa Fusame é algo que já está sendo estudado e precisa avançar dentro do Governo. Para finalizar, no grupo de trabalho está sendo trabalhada também a questão de reestruturação do subsídio dos nossos Cabos, Sargentos e Subtenentes, que neste primeiro momento ficou a desejar. Então, também iremos trabalhar isso no grupo de trabalho. E estamos levando também para o grupo de trabalho para que seja trabalhada a questão da jornada de trabalho, abertura de vagas do quadro especial dos oficiais da Polícia Militar, do QOPM, para que seja trabalhada também a questão da cassação da aposentadoria dos nossos policiais quando já estão aposentados, mas isso já está sendo trabalhado também dentro do sistema de proteção social. Vamos levar também a questão do apoio jurídico aos nossos policiais, a questão para o reconhecimento de tecnólogo em segurança pública na formação do curso de soldado dos nossos policiais, para que eles já sejam reconhecidos como tecnólogos em segurança pública. Por último, os nossos agentes de segurança socioeducativos, estamos trabalhando duas pautas também. Senhor Presidente, seria isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Brevemente, gostaria de parabenizar a cidade de Maringá, hoje, pelos seus 75 anos. Maringá é uma das poucas cidades que comemora aniversário no momento em que não foi elevada a município, ainda era um distrito de Mandaguari quando a Companhia de Terras Norte do Paraná instalou um escritório ali na esquina entre as avenidas Duque de

Caxias e Gilberto de Carvalho e começou a vender os lotes para os futuros moradores da cidade. Isso aconteceu há 75 anos. E nesse tempo a população de Maringá conseguiu construir uma cidade vibrante, linda, com um passado de muito orgulho e um futuro de muitas realizações a construir. Então, parabéns aos maringaenses, a quem nasceu e a quem não nasceu em Maringá, mas mora em Maringá, pelos seus 75 anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, boa tarde. Cumprimentando Vossa Excelência cumprimento todos que acompanham e seguem essa Sessão da Assembleia. Presidente, vamos agredir o Presidente Lula, porque não tenho muito que falar do meu atual Presidente. É uma missiva que se impera aqui para alguns Deputados. Vamos agredir o Presidente Lula, porque dá *like* nas minhas redes e vamos derramar o ódio. Vamos ressuscitar a polêmica do comprovante de vacinação, ou melhor, do passaporte sanitário, para não debatermos os problemas do Paraná e do Governo do Estado. Vamos falar da cobrança ou da indicação de alguns órgãos, pela vacinação, porque é mais importante neste momento cobrar que não dê a vacinação, do que controlar o espalhamento da doença. Vamos falar de um problema da Câmara Municipal de Curitiba e fechar os olhos para o Paraná. Se vários que usam esta tribuna determinassem ou tirassem um pouquinho do tempo para falar de problemas sérios, como a renúncia fiscal de 17.4 bilhões do Estado do Paraná, o Paraná seria outro. Hoje, ouvindo alguns falarem, resolvi exemplificar caso a caso disso. Hoje pela manhã, essa Oposição, na figura dos Deputados Maurício Requião, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Luciana Rafagnin e Goura, fomos ao Ministério Público, entregamos um pedido de providência ao Doutor Giacóia, cobrando que o Estado do Paraná traga informações sobre a renúncia fiscal no Estado. Tentamos administrativamente na exposição feita pelo Secretário da Fazenda duas vezes. No final do ano, em dezembro, protocolizamos o pedido de informação. Em março desse ano, tentamos via Lei de Acesso à Informação e nada. Cobramos,

cobramos e cobramos. O Estado ausente, omisso. Aqui, quase não se discute esse assunto. No ano de 2019, eram 10,5 bilhões; no ano de 2020, 11 bilhões; no ano de 2021, 11,8; no ano de 2022, 17,4. A Oposição entende o que é a premissa de renúncia fiscal, quando bem aplicada. Ela é importante para fomentar a atividade econômica, para corrigir distorções sociais, para fazer o Estado crescer, mas esse não é o caso aqui do Paraná. Falta de transparência, falta de aprovação da Assembleia das decisões tomadas dos acordos da Confaz ou melhores informações aqui dentro da Casa. Falta de fiscalização, a Assembleia não está fiscalizando, tudo porque não tem acesso à informação. Quem são os beneficiários do orçamento secreto de 17 bilhões? Qual o CNPJ? Onde eles estão? Quantos empregos eles geram? Esse é o problema aqui do Estado do Paraná, incerteza da renúncia feita, o que está melhorando ou piorando o desenvolvimento econômico. Fiz um cálculo, um cálculo, hoje, sentado ali um pouquinho antes na minha sala. Desses 17,4 bi, 5,5 bilhões e um para os municípios; 3,7 para os FPM, Fundo de Participação das Cidades dos Municípios; 1,8 para o Fundeb. A cidade de Arizona, minha terra natal, pequenina, uma cidade pequena, deixou de receber 2,4 milhões; Apucarana, uma cidade média, que hoje resido, por exemplo, 44 milhões, do tamanho do problema que tem lá, que falta um hospital regional que o Estado não fez; Maringá, R\$ 144 milhões. E aí vocês me perguntam: *Só isso, Deputado?* Não. Tudo isso, tudo isso, porque fora esse valor que fica para os municípios, 11,9 bilhões, ou seja, R\$ 12 bilhões eram para ser investido no Estado. Na saúde deixou de ser investido dos 12% constitucionais, R\$ 1,4 bilhão. Na educação, 3,6 bi; de recursos livres, R\$ 7 bilhões. Vou fazer uma conta mais simples ainda, Deputado Fruet, a segurança gastou no ano passado, 4,2 bi; a saúde 5,4; a despesa de pessoal na educação, 6,1. Total de todo o bolo do Estado, 15,7. Se quisesse dobrar o investimento na segurança, dava e sobrava. Se quisesse dobrar o investimento em saúde, dava e sobrava. Se quisesse aumentar o número de professores ao dobro, dava e sobrava. Se quisesse pagar a reposição dos 35% dos servidores, também dava. Mas o que escolheu o Estado do Paraná? Omitir-se, não contar o que está sendo feito com esse dinheiro e enganar o povo paranaense, porque isso aqui é um

engano. O discurso para ter pedágio no Paraná por mais 35 anos, com 15 novas praças, é para ter 44 bi de investimento nas rodovias. E se tem uma renúncia de 12, 44 divididos por 12, em três anos e meio, o Estado faz todas as obras e não precisa cobrar um centavo. Cadê que estão discutindo esse problema aqui nesta Casa? Mas não, vamos falar do Lula, do problema da Câmara. Vamos omitir, fazer igual o Palácio do Iguaçu faz, omite a informação e omitimos o debate. E o povo fica sem saber o que está acontecendo com o nosso pobre Paraná. Gosto sempre de falar de números e vou fazer essa comparação agora ainda mais. A Casa Popular, cotada pelo Governo do Estado, é em torno de R\$ 110 mil cada uma. Se você pegar os 12 milhões, daria para fazer 110 mil casas no Paraná, mas não vão fazer 110 mil casas. Se você for fazer a creche, padrão edificação do Paraná da Sedu que está lá, uma creche de 370 metros, ela custa 1,2 milhão. A renúncia daria para fazer 10 mil creches no Estado do Paraná, mas o Estado não vai fazer as 10 mil creches. Aqui, um hospital feito em Ivaiporã, que a cidade merece, a região merece, de 11 mil metros quadrados, custou 34 milhões. À renúncia dava para fazer 350 hospitais, mas o Estado optou por não fazer, optou por estender a benesse, Deus sabe para quem são os beneficiários. A ambulância que está comprada pelo Estado no valor de R\$ 250 mil, cada uma, se você pegar os 12 milhões e dividir, Deputada Mabel, pelos 250, dá só 48 mil ambulâncias para o Estado do Paraná. Se você pegar R\$ 180 mil, que é o custo de cada viatura colocada pelo Estado, daria para comprar 63 mil viaturas. E se você pegar o Cartão Comida Boa, que é o valor de R\$ 80,00, por família, que atinge 90 mil pessoas aqui no Paraná, que é um bom programa, e quiser aumentar em 10 vezes e atender a mais de um milhão de pessoas, Deputado Requião, também daria, mas o Governo do Paraná omite o debate. Quais são as formas de omitir o debate? Primeiro, não alimentar o Portal da Transparência, esse daqui é um parecer da Seab. Quando indagada por essa Oposição do gasto de agricultura familiar, a Seab respondeu o seguinte: "Informamos que não foi possível obter os valores gastos pelo Estado do Paraná, na aquisição de gênero alimentício." As informações não estão disponíveis no Portal da Transparência. Aí, obriga a Oposição, obriga os Deputados recorrerem ao Ministério Público. Vamos omitir o

debate. Não contamos quanto gastamos, não alimentamos informação e vocês lá, *desçam o sarrafo* no Lula, que é mais importante. Retomem as pautas moralistas, que é mais importante. Vamos discutir tema que dá *like*, compartilhamento no Facebook e deixe o Paraná para lá, porque a nossa propaganda do Governo vai convencer o povo paranaense, que estamos no caminho certo. É isso que está sendo feito aqui. Resolvi hoje não me calar a esse tipo de politicagem. Temos que debater o Paraná. Temos que debater outros temas? Temos, sim. Quando o Paraná estiver bem, muito bem, obrigado, cuidamos das outras coisas. Enquanto o Paraná estiver nessa escolha política de não investir nas pessoas, de tirar o povo do orçamento, de não melhorar a infraestrutura, onde gastar o dinheiro para melhorar as rodovias e não ter o *raio* do pedágio, discutimos outra coisa. Enquanto tivermos todos esses problemas enumerados e elencados com números, números do Estado, da LDO, do seu orçamento, teremos que discutir o Paraná. Chega, gente, de pauta moralista. Chega de discurso vazio para desviar a realidade. Estamos vendo esse exemplo no Governo Federal e o povo está pagando o preço, de R\$ 8,00 o litro da gasolina, de 40 conto o quilo da carne, de 120 o botijão de gás.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Foi esse modelo, Deputado Traiano, encontrado pelo inominável perverso que ocupa a cadeira da Presidência da República para deixar o povo à míngua, para as pessoas voltarem a passar fome, para termos o maior número de desempregados da história do Brasil, para sermos o País da América Latina com menor crescimento do PIB. A Venezuela, odiada por muitos e falada por muitos, vai crescer cinco pontos, e o Brasil 0.4, a Argentina 3, o Panamá 6.8. e nós aqui, quanto vamos crescer? E vamos dar pauta para a pauta moralista, que emperrou o ferro no aço, *no lombo* do povo brasileiro, fazer esse discurso hipócrita aqui dentro e deixar o povo sofrer. Chega, não dá para engolir a realidade virtual sobre a realidade social e a sofrência do povo paranaense.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Último orador, Deputado Marcel Micheletto, pela Liderança do Governo.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente Traiano, quero saudar aqui os nobres Deputados, nobres Deputadas. Olha, o meu colega, não vou dizer colega, amigo, Líder da Oposição, o Arilson, gera-me a oportunidade de fazer aqui o contraponto, até porque vejo a maneira que o Líder da Oposição fez o seu discurso, de forma ofegante, faltando em alguns momentos, pela energia da sua força, até a voz e tenho que novamente dizer a V.Ex.^a e à própria Oposição, vamos pôr uma botina no pé e vamos caminhar o Estado do Paraná, vamos ser verdadeiros nas palavras. Todos os dias estamos aqui mostrando a expressiva evolução de emprego que o nosso estado está oferecendo aos nossos paranaenses, o crescimento econômico do nosso Estado, diferente de grande parte do cenário brasileiro, batendo recordes de oportunidades, como disse aqui, de geração de emprego. Então, é feio, ou falta informação para a Oposição daquilo que acontece e daquilo que é realidade no Estado. Vossa Excelência fala sobre renúncia de receitas, e fez um cálculo aqui matemático, mas totalmente fora da realidade. Enquanto V.Ex.^a fala de renúncia, são incentivos fiscais, que não foi o Governador Ratinho Junior que implementou, isso já vem lá de trás, e isso por meio de um Governo inovador, moderno, que dá a oportunidade ao setor produtivo de investir. Enquanto V.Ex.^a fala de 17 bilhões de incentivos, que na sua retórica é renúncia, e que para nós isso não existe, tivemos quase 100 bilhões de investimentos no nosso Estado. Vamos caminhar o Estado, vamos ver o que é o nosso agronegócio, o que são as nossas indústrias, o quanto vem sendo oportunizado ao povo paranaense, empregos. É isso que me deixa triste, porque a Oposição não caminha o Estado, não anda por todas as regiões, ou não quer ver a realidade, e vem muitas vezes aqui pedir para o povo paranaense voltar para o passado. Novamente tenho que dizer que *o me chama que vou* já há dois mandatos que tentou ganhar uma eleição, perdeu, porque o povo paranaense não quer mais essa retórica, essa bolha, que a Oposição continua aqui acreditando. Olha como era o nosso Porto no passado, V.Ex.^a precisa ir lá visitar o Porto, que bate recordes por meio de produção do povo trabalhador que gera, por meio do

seu suor, riqueza para o nosso Estado. É um Estado que leva alimento para mais de 170 países do nosso planeta. E aí V.Ex.^a vem dizer, com cálculos, não sei de onde que saiu, que as renúncias são melhores do que os 100 bilhões de investimentos que recebemos do setor produtivo. Então, V.Ex.^a me dá a oportunidade de mostrar mais uma vez que o povo paranaense quer continuar andando para frente, com modelo novo de fazer política, onde o setor produtivo tem garantias para poder produzir, crescer, avançar, gerar emprego, gerar oportunidade, gerar esperança nas pessoas, porque estamos batendo recordes atrás de recordes de crescimento porque o nosso Governo oportuniza isso tudo, porque não há uma retórica, o Governador não tem posições que faz o setor produtivo correr daqui. O *me chama que vou* no passado fez Santa Catarina crescer enormemente porque dificultou o setor produtivo, principalmente do agro, contra a transgenia. As nossas cooperativas, empresas grandiosas, que são genuinamente paranaenses, tinham que entregar a sua produção em Santa Catarina, e nós perdendo receita, riqueza. E V.Ex.^a quer que isso volte novamente a Governar o Estado do Paraná? Não consigo entender como vocês não conseguem sair dessa bolha de querer voltar ao passado. Temos um dos maiores projetos de energia do Brasil com a questão trifásica, mas vocês querem voltar para o passado e continuar com algo monofásico, queimando os motores dos nossos avicultores, piscicultores, e ficando em uma retórica antiga, míope, pequena, como novamente venho falar, vivendo nessa bolha. Então, V.Ex.^a, gostaria imensamente daqueles que receberam incentivos fiscais, o grupo de Parlamentares da Oposição, para ir no Oeste paranaense, maior complexo agrícola do planeta, que gera todos os dias oportunidade de emprego, recordes após recordes, para que vocês possam viver e vivenciar a essência do nosso Estado, que é de um povo trabalhador, de empresas genuinamente paranaenses, que estão dando resultados importantes na nossa economia, e V.Ex.^a vem falar de renúncia. Estamos gerando mais de 100 bilhões de oportunidades, que geram emprego, geram renda, que fazem esse dinheiro circular no comércio paranaense, que geram tributos. Então, não consigo entender a Oposição, que tem esse olhar míope e que continua vivendo nessa bolha de um tempo passado, antigo, e que

temos que continuar olhando para frente, porque o Estado do Paraná é um Estado que nos orgulha, as empresas que estão aqui investindo no nosso Estado orgulham o povo paranaense, porque oportunizam àqueles que não têm emprego a ter as suas condições de viver em paz com a sua família. Então, quero aqui mais uma vez dizer sobre o potencial e a força e a locomotiva que é o nosso Estado do Paraná, avançando enormemente, crescendo. E convido todos os Deputados de Oposição a caminhar um pouco mais o Estado e sair daqui desse Plenário e viver a realidade do nosso Estado, que é um Estado que vem crescendo e avançando e orgulhando o Brasil. E aqui quero também fazer uma posição. A Oposição ontem falou sobre as bolsas dos nossos estudantes indígenas, que não estavam recebendo. Mentira, o Estado está pagando. Isso deixa a Oposição desconfortável, porque tenta trazer para o Plenário uma mentira que não vem acontecendo. Então, estão recebendo em dia, o mês de abril foi pago. Nunca houve ajustes, nesse sentido, para o povo indígena. E aqui quero dizer, não vamos vir para um debate trazendo números que são inventados de última hora para a nossa Casa, porque a verdade vai trazer aqui, à luz de todos os nossos Parlamentares, aquilo que vem acontecendo. E, novamente, quero aqui dizer a todos vocês que o Paraná vai continuar a caminhar para frente, sim, porque é isso que o povo paranaense quer, um Estado inovador, moderno, com um Governador que oportuniza o setor produtivo continuar crescendo. E dizer a vocês que, mais uma vez, faço um convite, e aqui, como já fui Prefeito, quero dizer ao Deputado Arilson, onde que diminuíram os repasses do FPM com essas renúncias aqui, como V. Ex.^a disse, aos nossos municípios? Traga-me essa resposta dos Prefeitos todos, se diminuíram os repasses para as prefeituras... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para concluir, Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... que o nosso Estado do Paraná está vivenciando. Aguardo V.Ex.^a trazer esses números verdadeiros, diferente do que vocês trouxeram ontem aqui, principalmente com relação aos nossos estudantes

indígenas, que estão lá hoje com o Professor Aldo recebendo e agradecendo o reajuste das bolsas que eles tiveram. Vamos falar a verdade, que é isso que o povo paranaense espera de todos que estamos nesta Casa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD) e Tiago Amaral (PSD) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: *Anibelli Neto (MDB) conforme Licença, nos Termos do art. 104, I, do Regimento Interno; Maria Victória (PP) conforme nos Termos do art. 97, §3.º, Incisivo IV do Regimento Interno (2 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:* *Evandro Araújo (PSD), Luiz Carlos Martins (PP), Plauto Miró (UNIÃO), Reichembach (UNIÃO) e Tião Medeiros (PP) (5 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 192/2022**, dos Deputados Maria Victória e Tercílio Turini, que institui a Rota Turística da Lavanda no Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 193/2022**, do Deputado Francisco Buhrer, que estabelece os limites dos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, conforme especifica; **Autuado sob o nº 194/2022**, do Deputado Guto Silva, que cria o Projeto Ressocialização, através da implantação de canis nos centros de detenção do Estado do Paraná; **Autuado sob o nº 195/2022**, do Deputado Bazana, que concede o Título de Utilidade Pública à AAMPARA - Associação de Atendimento e Apoio ao Autista de Curitiba/PR, com sede no município de Curitiba; **Autuado sob o nº 196/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, que declara o evento Marcha para Jesus patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

O Item 1 da Ordem do Dia... Temos aqui um **Requerimento n.º 1317/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando a preferência de votação do Projeto de Lei n.º 1/2022. Pedindo a inversão da pauta, que solicita que venhamos a inverter a pauta e o Item 13 passaria a ser o primeiro item da pauta. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Soldado Fruet permaneçam como estão, a inversão da pauta, o Item 13 passaria a ser o primeiro da pauta, preferência de votação, apenas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

ITEM 13 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 1/2022, de autoria do Deputado Soldado Fruet, que concede o Título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à

Senhora Philomena Maria Morello Raffagnin. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente, ao 13.º Projeto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente, *pela ordem*, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, *pela ordem*.

DEPUTADO GOURA (PDT): Queria mais uma vez convocar os membros da Comissão de Meio Ambiente para a reunião imediatamente após a Sessão Plenária. Ontem, por falta de quórum, não conseguimos realizar a nossa reunião. Vários itens em pauta. Os Deputados todos já foram devidamente convocados de várias formas. Então, após a nossa Sessão reunião da Comissão de Meio Ambiente. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Cristina Silvestri, Mauro Moraes, Nelson Luersen e Tadeu Veneri. Deputado Nelson, vota “*sim*”? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e

*Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cristina Silvestri, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Plauto Miró, Reichembach e Tião Medeiros (10 Deputados).]* Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 1/2022.**

Temos, Sr.º Deputados, seis Redações Finais, que faremos votação simbólica.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 927/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que denomina Usina Hidrelétrica Prefeito Doutor Aurélio Regazzo a Usina Hidrelétrica Melissa, localizada no município de Corbélia.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 463/2020, de autoria dos Deputados Cantora Mara Lima, Soldado Fruet, Gilson de Souza, Alexandre Amaro e Coronel Lee, que dispõe sobre a liberdade religiosa e dá outras providências.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 477/2020, de autoria da Deputada Maria Victória (anexo Projeto n.º 524/2020, do Deputado Luiz Claudio Romanelli), que institui o Dia da Proteção de Dados no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 194/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o mês Maio Furta-Cor, dedicado às ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 294/2021, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que Institui o Dia do Sociólogo, a ser comemorado anualmente em 10 de dezembro.

ITEM 6 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 465/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Soldado Adriano José, que concede o Título de utilidade

Pública à Associação Cultural, Desportiva e Recreativa Dom Pedro II, com sede no município de Campo Largo.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 240/2021, que altera a Lei Complementar n.º 26, de 30 de dezembro de 1985, e a Lei Complementar n.º 161, de 3 de outubro de 2013, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa e Assuntos Municipais. Regime de urgência. Subemenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral, ressalvada a subemenda. Em discussão o substitutivo geral, ressalvada a subemenda.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. É o substitutivo, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Apenas, em meu nome e em nome do Deputado Guto Silva, patobranquense, pediríamos aos Deputados que hoje à noite, às 8h30, torcessem pelo Azuris Pato Branco, que disputará, pela Copa do Brasil, contra o Bahia, um título inédito para Pato Branco, interior do Estado. Então, conclamando, não só os Deputados mas a toda a população paranaense para que acompanhe o jogo do nosso querido Azuris Pato Branco.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, queria cumprimentar, obviamente, o Azuris, que merece o nosso respeito. Eu mesmo vou assinar aqui que o Furacão hoje vencerá o jogo da Copa do Brasil por 7x1.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Há controvérsias, viu, Deputado Romanelli!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos encerrar a votação, Sr.º Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (40 Deputados);* **Votou Não:** *Soldado Fruet (1 Deputado);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho e Tião Medeiros (13 Deputados).]* Com 40 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

Vamos submeter ao voto a subemenda.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Homero.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Governo por concordar com o teor desta emenda, porque é uma

emenda muito simples. Esse é o Estatuto dos Procuradores e da maneira como o texto chegou aqui, a perda de prazo pelo Procurador não era um fato de desabono na hora de avaliar o desempenho dele durante a carreira. Havia lá fatos de abono e de desabono. Só recolocamos, como estava previsto, originalmente no texto anterior, que caso o Procurador perca prazo, terá que ser, na hora da avaliação, avaliado com menos mérito. É só isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, então, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*” à subemenda do Homero.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Ainda pendentes os votos dos Deputados Bazana, Cantora Mara Lima, Francisco Bühner, Galo, Requião Filho, Soldado Fruet e Jonas Guimarães. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: [**Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho e Tião Medeiros (13 Deputados).*] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Subemenda.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 1/2015, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de películas ou selos flutuantes em tanques de combustíveis e produtos químicos no Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda.

Há um requerimento de retirada por 10 Sessões. **Requerimento n.º 1302/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando a retirada do Projeto de Lei n.º 1/2015 pelo prazo de 10 Sessões. O Deputado Romanelli pede para encaminhar o requerimento.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, quero dizer o seguinte. Outro dia discutimos nesta Casa sobre a constitucionalidade desse Projeto e o debate acabou derivando para discutir o mérito, concretamente foi isso. Primeiro, uma constatação: os pareceres que foram emitidos pelo então IAP e Sema estavam equivocados. Na verdade fugiram da temática que o Projeto tratava: tratava de solo e não do ar. Ao mesmo tempo, o setor de combustíveis, que é o setor que diretamente tem ação com isso, procurou-nos por meio do Deputado Hussein Bakri, para fazer uma série de exposições sobre a abrangência da lei. A rigor, o selo flutuante ou a película é necessária, não tem nenhuma legislação que trate desse tema no nosso ordenamento jurídico, nem federal nem estadual. Há apenas uma nota técnica da Petrobras sobre isso. Ficaram de apresentar um estudo, inclusive me acompanhou nessa reunião o Ex-Secretário do Meio Ambiente, Ex-Presidente do IAP que hoje assessora esta Casa, o Deputado Rasca Rodrigues, obviamente conhecedor profundo do tema, para poder, efetivamente, delimitar a abrangência de onde será exigida a utilização do selo flutuante, que, indiscutivelmente, são os grandes depósitos de armazenagem. Então, vão apresentar um estudo sobre esse tema; os pareceres do IAP, Deputado Marcel Micheletto, terão que ser refeitos porque estão errados, e até lá, obviamente, é melhor tirar o Projeto da pauta para que possamos discutir. O interesse é um interesse público, porque o meio ambiente é sempre interesse público, a saúde das pessoas, mas é necessário que possamos, de fato, sempre

ter clareza absoluta do que estamos tratando. Agora, indiscutivelmente, não há legislação que rege essa matéria aqui. Então, optamos por retirar da Ordem do Dia.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, Deputado Guerra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Parabenizando o Deputado Romanelli, essa discussão realmente aconteceu na semana passada. O Deputado falou aqui que os pareceres do IAP estão equivocados; os pareceres que tenho em mãos citam inclusive a lei federal, decreto federal, e não vou discutir isso. Apenas o parabenizo por ter retirado e discutir melhor esse tema. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Romanelli permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Aprovado o Requerimento. Está retirado por dez Sessões.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

ITEM 9 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 165/2021, de autoria dos Deputados Galo e Alexandre Amaro, que proíbe a realização de tatuagens e a colocação de piercings em animais com fins estéticos. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”, Presidente.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli - PSD): Vou votar “*sim*”, mas continuo achando que é legislar em causa própria aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Gostaria de ouvir a manifestação do Deputado Cobra e do Deputado Galo sobre este tema.

DEPUTADO GALO (PP): Excelência, é proibido por lei fazer isso, apenas dei a entender. Mas nessa questão, Sr. Presidente, para tatuar um galo, teria que depená-lo. Aí convido o Romanelli para *cair para dentro do galinheiro*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): E o Deputado Cobra, como se posiciona? Oi?

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, imagine tatuar uma cobra! Há quem goste, mas tatuar uma cobra é complicado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos aí ao resultado. O Deputado Tiago Amaral não votou ainda, Soldado Adriano. Vamos ao resultado da votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Justus, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 165/2021.** Trinta e nove votos a favor do Projeto dos Deputados Galo e Alexandre Amaro, que proíbe a tatuagem em animais.

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 79/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2022, que dispõe sobre a estruturação da autarquia Paraná Esporte. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Luiz Fernando Guerra, Douglas Fabrício, Mabel Canto, Cristina Silvestri, Homero Marchese, e Soldado Fruet; e Emenda de Plenário n.º 2, dos Deputados Arilson Chiorato, Goura, Tadeu Veneri, Professor Lemos, Requião Filho, e Luciana Rafagnin.)** **O Item 10, o Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 671/2020, de autoria do Deputado Nelson Luersen, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os hospitais públicos e unidades de pronto atendimento – UPAs do Estado do Paraná, disponibilizar à rede de comunicação de dados sem fio wi-fi gratuitamente aos usuários que realizarem qualquer espera/atendimento. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Saúde Pública e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Substitutivo geral da CCJ.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, quero agradecer a todas as Comissões que aprovaram esse Projeto. Projeto importante, inclusive foi feito um substitutivo que trata da disponibilidade de *Wi-Fi* em clínicas, pronto-socorro, postos de saúde, UPAs no Estado do Paraná. Importante porque vários locais às vezes o celular não tem contato e o paciente ou o acompanhante não tem como se comunicar com os demais para levar o conhecimento sobre o que acontece naquele momento. É importante o Projeto, agradeço a todas as Comissões que aprovaram e peço aos companheiros que votem “*sim*”. Obrigado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Questão de ordem, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Queria convidar os nobres Parlamentares da Comissão de Turismo logo após o Plenário se reunir aqui na salinha, teremos uma reunião hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. Votando o Projeto, o Item 11. Como indicam os votos os Deputados?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, *pela ordem*.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Também quero, da mesma forma que fez o Deputado Homero Marchese, parabenizar a minha querida cidade Maringá. Sou maringaense, nasci lá em 23 de agosto de 1962. Meus pais montaram o restaurante e o hotel deles lá, ficaram por mais de 40 anos, morreram na cidade de Maringá. Tenho uma irmã lá e tenho um carinho muito grande por Maringá. Então, nesses 75 anos, quero parabenizar todos os maringaenses de nascimento e os maringaenses de coração. Força Maringá!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, como encaminha o voto?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, seu voto, Deputado Michele. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca**

Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (39 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Maria Victória, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Soldado Adriano José e Tião Medeiros (15 Deputados).]* Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 671/2020.**

ITEM 12 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 93/2021, de autoria dos Deputados Professor Lemos, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Mabel Canto e Maria Victória, que cria o “Selo Estadual Empresa pela Mulher”, destinado a estimular boas práticas empresariais para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, bem como a fomentar liderança corporativa de alto nível para a igualdade de gênero. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes alguns votos dos Sr.ª Deputados. Por favor, vamos... Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhner, Galo, Gilberto*

Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (38 Deputados); **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (16 Deputados).]* Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 93/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1242/2022, do Deputado Nelson Justus, adiado de Sessão anterior, solicitando a anexação dos Projetos de Lei n.ºs 25/2022, 21/2022 e 12/2022 ao Projeto de Lei n.º 218/2021. **Retirado pelo autor.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1296/2022, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor Presidente do Instituto Água e Terra, encaminhando as demandas provenientes da Audiência Pública “Acidentes com Transporte de Produtos Perigosos na BR-376, seus impactos no meio ambiente e qualidade de vida”; **Requerimento n.º 1297/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro de votos de pesar às famílias pelos falecimentos de: Luiz Aleksandro Talhari Correia, Marzio Allan Anibal, Roger Aleixo Calcagnoto, Gabriel Fakuda, Giovani Gabriel Lopes dos Santos e Wisley Moraes; **Requerimento n.º 1298/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do cantor Luiz Aleksandro Talhari

Correia; **Requerimento n.º 1299/2022**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos familiares do Sr. Dirceu Antônio Galléas; **Requerimento n.º 1300/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de votos de congratulações aos 75 anos de aniversário da cidade de Maringá; **Requerimento n.º 1301/2022**, do Deputado Tiago Amaral, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Sebastião Vivaldo Medeiros; **Requerimento n.º 1303/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club, pela iniciativa do Projeto de Construção de uma sala de acomodação sensorial para pessoas com Transtorno do Espectro Autista; **Requerimento n.º 1308/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Desembargador José Laurindo de Souza Netto; **Requerimento n.º 1309/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações com expedição de menção honrosa ao Promotor de Justiça do Ministério Público do Paraná, Eduardo Augusto Salomão Cambi, em razão do Dia do Conciliador e do Mediador Judicial e Extrajudicial, comemorado em 5 de maio; **Requerimento n.º 1310/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Superintendente de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná, Sr. Aldo Nelson Bona, requerendo providências urgentes para a ampliação e manutenção da velocidade de conexão à Internet no Campus da Universidade Estadual de Londrina – UEL; **Requerimento n.º 1311/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Luiz Ribeiro de Castro de Carvalho, por seus mais de 60 anos de trabalho e dedicação à conservação da natureza no município de Jaboti/PR; **Requerimento n.º 1312/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando a aprovação de moção de louvor e aplausos à cascavelense Giovanna Reis, vencedora do concurso Miss Brasil 2022; **Requerimento n.º 1313/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, em razão da instituição do Programa Cidadania Plena no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná; **Requerimento n.º 1318/2022**, do

Deputado Marcio Pacheco, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, requerendo a implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal no município de Quedas do Iguaçu; **Requerimento n.º 1319/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, requerendo informações sobre o plano de contingência da Sesa e as ações em andamento referentes à preocupante situação de falta de pagamento dos funcionários dos SAMUs no Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1314/2022**, do Deputado Gilson de Souza, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de maio para o lançamento do Folder e Cartilha Informativos Todos Contra a Pedofilia, em conjunto com a Secretaria da Justiça Família e Trabalho, em decorrência da Lei Estadual n.º 17.637/2013.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1305/2022**, dos Deputados Delegado Jacovós, Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli, solicitando a inclusão do Deputado Delegado Jacovós como coautor do Projeto de Lei n.º 154/2022, dos Deputados Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli; **Requerimento n.º 1307/2022**, dos Deputados Anibelli Neto e Ricardo Arruda, solicitando a inclusão do Deputado Anibelli Neto como coautor no Projeto de Lei n.º 314/2019; **Requerimento n.º 1316/2022**, do Deputado Nelson Justus, solicitando a retirada do Requerimento n.º 1242/2022, referente à anexação dos Projetos de Lei n.ºs 12/2022, 25/2022 e 218/2021.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, IV do Regimento Interno (por motivo de Deputado que, por indicação do Presidente, estiver representando a Assembleia):

Requerimento n.º 1304/2022, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 9 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º 1306/2022**, da Deputada Maria Victória, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 10 de maio de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 1315/2022**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 9 de maio de 2022, bem como nas cinco Sessões seguintes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para amanhã, quarta-feira, dia 11 de maio de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** 3.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 14/2021; 2.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 194/2020, 671/2020, 93/2021, 1/2022, 17/2022 e 90/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 3/2022 e 75/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h40, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)